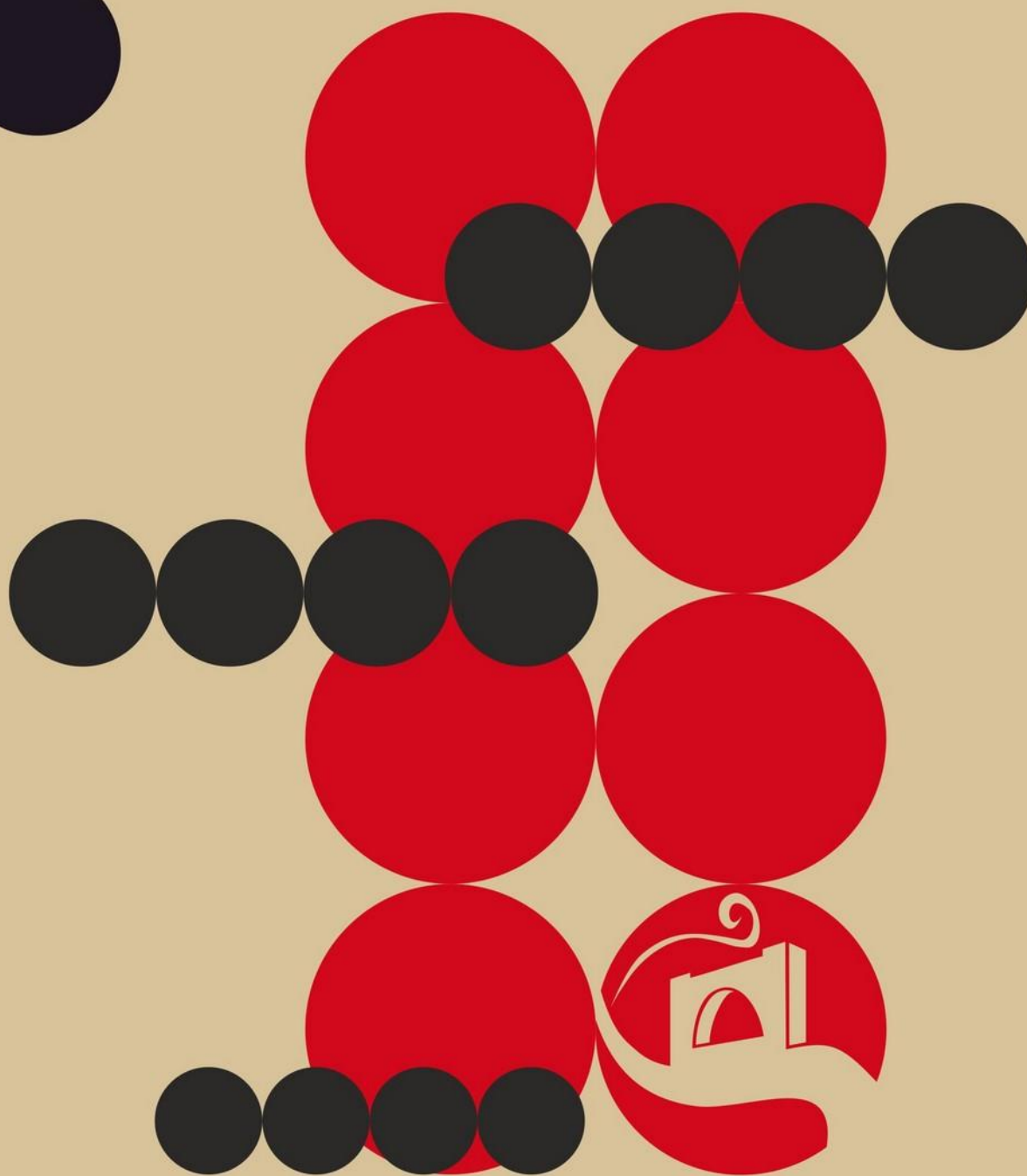


**PROJETO
EDUCATIVO DO
AGRUPAMENTO**



**agrupamento
de escolas de
alpendorada**

2015 | 2019

revisto em 08 de fevereiro de 2017

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
ENQUADRAMENTO LEGAL	5
MISSÃO, VISÃO E VALORES	6
CAPÍTULO I	7
CARACTERIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO	7
1. Caracterização Externa e Interna	7
Caracterização do Meio	7
1.1. Descrição física	7
1.2. Fatores Históricos	8
2. Caracterização do Agrupamento	9
2.1. Recursos Humanos	9
2.1.1. Corpo Discente	9
2.1.2. Corpo Docente	10
2.1.3. Pessoal Não Docente	12
2.1.4. Encarregados de Educação	13
2.2. Órgãos de Administração e Gestão	19
2.2.1. Conselho Geral	19
2.2.2. Direção	19
2.2.3. Conselho Administrativo	19
2.2.4. Conselho Pedagógico	20
2.3. Recursos Materiais	21
2.3.1. Caracterização dos espaços físicos	21
2.4. Oferta curricular do Agrupamento	24
2.5. Envolvimento com a comunidade	25
2.6. Parcerias/Protocolos	25
2.7. Clima do Agrupamento	28
2.7.1. Comportamento/Disciplina	28
2.7.2. Pontos Fortes	29
2.7.3. Pontos Fracos / Problemas Identificados	29
CAPÍTULO II	31
PLANIFICAÇÃO DA AÇÃO EDUCATIVA	31
3. Processo Educativo.....	31
3.1. Princípios/Valores orientadores	31
3.2. Objetivos	32
3.2.1. Objetivos Gerais	32
3.2.2. Educação Pré-Escolar	32
3.2.3. Ensino Básico	32
3.2.4. Ensino Secundário	33
3.2.5. Educação especial	34
3.3. Objetivos Específicos	35
3.3.1. Âmbito Pedagógico	35
3.3.2. Âmbito Institucional	36
3.3.3. Âmbito Relacional	36
3.3.4. Âmbito Cultural	37
3.3.5. Âmbito Administrativo e Financeiro	37
3.4. Metas	37

3.4.1.	Corpo Discente	37
3.4.2.	Pessoal Docente	38
3.4.3.	Pessoal Não Docente	38
3.4.4.	Pais e Encarregados de Educação	38
3.5.	Medidas de Ação	38
3.6.	Avaliação das aprendizagens dos alunos	39
3.6.1.	Procedimentos comuns à avaliação dos alunos	39
3.6.2.	Avaliação das aprendizagens no Pré-Escolar / Critérios de Avaliação	39
3.6.3.	Avaliação das aprendizagens no Ensino Básico e Secundário	40
3.6.4.	Critérios de Progressão/Retenção – vide Anexo 1	42
3.6.5.	Apoio sociopedagógico ao aluno	42
4.	Organização e Gestão Escolar	44
4.1.	Atividades de desenvolvimento curricular	44
4.1.1.	Clubes e Projetos	45
5.	Orientação Estratégica	45
5.1.	Estratégias de ordem pedagógico – didática	45
5.2.	Estratégias de ordem organizacional	46
5.3.	Estratégias de ordem relacional	46
6.	Intervenção dos vários setores	46
6.1.	Conselho Geral	46
6.2.	Direção	47
6.3.	Conselho Pedagógico	47
6.4.	Departamentos Curriculares	47
6.5.	Direção/Conselho de Turma	47
6.6.	Serviços Especializados de Apoio Educativo	48
6.7.	Associação de Pais	48
6.8.	Associação de Estudantes	48
7.	Processo de autoavaliação do Agrupamento	48
8.	Prioridades Educativas	49
	CAPÍTULO III	50
	DISPOSIÇÕES FINAIS	50
9.	Divulgação	50
10.	Avaliação do PE	50
10.1.	Avaliação Anual	50
11.	Referências Bibliográficas	51
	ANEXOS	53

Introdução

O Projeto Educativo (doravante, PE) pressupõe uma escola enquanto organização, com identidade própria e capacidade de se auto-organizar. Por isso, a participação é encarada no projeto como um processo quotidiano, parte integrante da democracia da organização da escola, mas também como instrumento de envolvimento e corresponsabilização de toda a comunidade educativa, considerando que esta é constituída por todos os seus elementos que se relacionam direta ou indiretamente com a educação das crianças e jovens. O PE constitui-se como um documento fundamental da política interna do Agrupamento, tendo por finalidade a definição das linhas orientadoras que irão reger a ação educativa, no quadro das políticas nacionais. A sua elaboração constitui um desafio de enorme responsabilidade para toda a comunidade escolar, no processo de construção da sua autonomia.

O PE constitui-se a partir de referências universais que dizem respeito à dignidade e singularidade da pessoa humana e a princípios e direitos consignados na Constituição da República Portuguesa, e tendo presente a Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei n.º 46/86, de 14 de outubro (LBSE), bem como, vínculos derivados de Convenções e/ou Declarações de Direito Nacional e Internacional.

De acordo com a LBSE, “é da responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares”, tornando segura a autonomia da escola, especificando procedimentos dos professores e seus órgãos de gestão, aumentando a sua responsabilidade sobre o seu próprio trabalho e implicando a participação da comunidade local, na definição e controlo da política educativa.

A especificidade das escolas, a diversidade do seu público escolar e das formas pelas quais é possível assegurar o cumprimento dos grandes objetivos nacionais para a educação, expressos na LBSE, permitem a capacidade para definir uma política educativa em campos decisivos, a saber:

- Organização dos recursos financeiros e materiais.
- Gestão dos tempos e espaços escolares.
- Formação do pessoal.
- Circulação da informação e promoção de formas de participação.
- Orientação e acompanhamento dos alunos.
- Articulação com a comunidade.

A tradução da política educativa atrás referida consiste num controlo estabelecido entre os diferentes parceiros da comunidade educativa, tendo em vista atingir metas comuns. A escolha dessas metas resulta duma reflexão e análise sobre a escola e o meio onde está inserida, dos seus problemas e expectativas e dos recursos existentes ou mobilizáveis.

Este documento, que se assume como uma sequência do anterior Projeto Educativo, tem em conta os resultados dos relatórios da Avaliação Externa do Agrupamento, da Autoavaliação do Agrupamento, do Plano de Ação Estratégica e respetivos relatórios de monitorização, bem como dos contributos dos diferentes órgãos e estruturas do Agrupamento. Acresce ainda o contributo da comunidade educativa em que se insere o Agrupamento, recolhido seja pela via de *inquéritos* de satisfação, seja de propostas apresentadas no Conselho Geral, que aqui se procuram acolher.

Assim, o PE resulta de um processo interativo, sujeito aos reajustamentos que a sua operacionalização vier a exigir, de modo a sedimentar o sentimento de pertença à comunidade e a identidade do Agrupamento, reforçando as suas competências e a sua autonomia.

Enquadramento Legal

Autonomia é a faculdade reconhecida ao agrupamento de escolas ou à escola não agrupada, pela lei e pela administração educativa, de tomar decisões nos domínios da organização pedagógica, da organização curricular, da gestão de recursos humanos, da ação social escolar e da gestão estratégica, patrimonial administrativa e financeira, no quadro das funções, competências e recursos que lhe são atribuídos, de acordo com o ponto 1, do art.º 8, Capítulo II, do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril.

O Decreto-Lei n.º 43/89 de 3 de fevereiro, e mais recentemente o supracitado Decreto - Lei n.º 75/2008, na revisão que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei 137/2012, são, no quadro formal legal, os normativos que conferem enquadramento e legitimação ao Projeto Educativo.

No Decreto-Lei n.º 43/89 de 3 de fevereiro, o Projeto Educativo assume uma dimensão operatória, enquanto expressão material e concretização da autonomia da escola: “A autonomia da escola concretiza-se na elaboração de um Projeto Educativo próprio, constituído e executado de forma participada, dentro de princípios de responsabilidade dos vários intervenientes da vida escolar e de adequação a características e recursos da escola e às solicitações e apoios da comunidade em que se insere”.

No Decreto-Lei n.º 137/2012, é entendido como Projeto Educativo: “ O documento que consagra a orientação educativa do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas ou a escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa.

O Projeto Educativo, tal como o seu Regulamento Interno, constitui-se como um instrumento do exercício da autonomia desta unidade orgânica, consagrada pela Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, desenvolvida pelo Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de fevereiro, e reforçada pelo Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril – alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, que altera e republica o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril.

É da competência do Conselho Pedagógico elaborar a proposta de Projeto Educativo a submeter pelo seu presidente ao Conselho Geral, como expressa a alínea a), do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril. Cabe ao Conselho Geral a aprovação do Projeto Educativo e também o acompanhamento e a avaliação da sua execução, tal como estabelece a alínea c), do ponto 1, do artigo 13.º do normativo supracitado.

Missão, Visão e Valores

É missão do Agrupamento contribuir para o desenvolvimento pleno de crianças e jovens, a nível da educação pré – escolar e dos ensinos básicos e secundário, através da realização de um processo ensino/aprendizagem de qualidade e do desenvolvimento de projetos integradores que contemplem e promovam os valores humanísticos, culturais, sociais e ambientais, numa interligação coerente entre a comunidade local e a realidade nacional. Como tal, deverá o Agrupamento apostar na promoção da qualidade da formação das crianças e jovens aos níveis científico, profissional, social, cultural, ambiental e de valores humanísticos¹.

¹ - in *Carta de Missão* da Exma. Sr.ª Diretora do Agrupamento – 2015-2018.

Capítulo I

Caracterização e Enquadramento

1. Caracterização Externa e Interna

Caracterização do Meio



Figura 1 | Mapa do Concelho do Marco de Canaveses

1.1. Descrição física

O Agrupamento de Escolas de Alpendorada localiza-se no concelho do Marco de Canaveses, no distrito do Porto, na região do Douro Litoral.

O território educativo do Agrupamento de Escolas de Alpendorada é constituído por 13 escolas: 3 jardins-de-infância, seis escolas básicas do primeiro ciclo com educação pré-escolar,

duas escolas básicas com primeiro ciclo, uma escola básica com segundo e terceiro ciclos do ensino básico, e a Escola Secundária de Alpendorada, com terceiro ciclo e secundário: a Escola Sede. Os alunos do Agrupamento são provenientes de 6 freguesias do concelho: Alpendorada, Várzea e Torrão, Bem Viver, Vila Boa do Bispo, Sande e S. Lourenço do Douro, Penhalonga e Paços de Gaiolo e Paredes de Viadores e Manhuncelos.

Alpendorada, Várzea e Torrão, freguesia em que se situa a escola sede, situa-se no baixo concelho do Marco de Canaveses, dista 16 km da sua sede e tem os seguintes limites geográficos: A Norte, o rio Tâmega e a sua freguesia de Bem Viver; a Este, a freguesia de Bem Viver; a Sul, o rio Douro; e a Oeste, o rio Tâmega.

Com uma superfície de cerca de 16 km², constitui o segundo maior centro demográfico deste concelho, tendo sido, em 1991, elevada à categoria de Vila.

Esta zona é servida pela estrada Nacional 108 – Porto – Alpendorada – Régua; pela estrada Nacional Alpendorada – Marco – Amarante; estrada Nacional Penafiel – Entre-os-Rios – Alpendorada – Barragem do Torrão e é ainda servida pelas estradas municipais que ligam as freguesias entre si e estas à sede do concelho. É também servida pelo cais fluvial de Sardoura (industrial), em Castelo de Paiva, existindo ainda o cais de Bitetos e Torrão (turístico), situados em Várzea do Douro.

1.2. Fatores Históricos

O topónimo de Alpendorada advém da sua posição topográfica, pois encontra-se em grande declive, como que suspensa, pendurada sobre o rio Douro, nas faldas do monte de Santiago de Arados.

As terras de Pendorada foram também terras de São Bento, quando por iniciativa do clérigo Velino, abade de Sabina, se fundou o Mosteiro de Pendorada, nos meados do século XI.

Em 1123, foram doados ao mosteiro várias herdades. No mesmo ano D. Teresa, elevou-o à categoria de Couto. D. Afonso Henriques confirmou esta isenção fiscal e administrativa, em 1132. No reinado de D. João I, o abade Afonso Martins já tinha prestígio e poder para ser nomeado Capelão da Corte e Conselheiro do Reino. Durante todo esse tempo, a vida monacal andou ligada à família de D. Moninho Viegas e às lendas trágicas dos amores, das vinganças e das promessas por cumprir.

De todas as construções primitivas do convento, hoje, nada resta, exceto a memória da obra ogival do claustro, representada por uma pequena inscrição gótica de granito, disposta entre duas esculturas em alto-relevo, que figuram, parece, o abade e o arquiteto edificadores do convento. Sobreposta a esta inscrição, fica uma outra, e ambas estão hoje fixadas na parede da sacristia, contígua à igreja. Alpendorada, com o Convento e Igreja, com o Castro,

com o Memorial, com a Campa Medieval e principalmente com a paisagem entre albufeiras é um dos mais importantes destinos para o turismo cultural da região.

Para além do acima descrito, são ainda de referir vários monumentos que testemunham o vasto património histórico e arqueológico da área geográfica que constitui o território educativo do Agrupamento de Escolas de Alpendorada.

Assim, destacam-se, em Ariz, a Igreja Paroquial, a Forca e a Casa Grande de Feira Nova. Em Favões encontramos o Cruzeiro, a Igreja Paroquial, a Capela da Senhora da Piedade, a Casa Nova, a Casa de Oleiros e a Casa de Cortes. Em Penhalonga, além da Igreja Matriz e da Escultura do Monte Eiró, encontram-se as Casas de Avelosa, Cardia, Carrapatelo, Sardoeira e Sardeirado. Em Sande são de destacar a Igreja Matriz e a Capela de Santiago, o edifício da antiga Cadeia, a Azenha e as Casas de Lamas, Veiga e Vimieiro. No Torrão marcam a sua presença a Igreja Paroquial e a Ponte sobre o rio Tâmega. Várzea tem as suas Igrejas, a Capela da Senhora da Guia, a Capela da Nossa Senhora de Lurdes, a Casa da Soalheira e as Ruínas Romanas. Em Magrelos, além da Igreja Paroquial, existe também a Casa da Seara. Em Paços de Gaiolo existe a Igreja Matriz, a Capela de S. Martinho e as Casas Grande, Gaiolo e Búzio. Em Paredes de Viadores encontram-se a Capela de Nossa Senhora do Socorro e as Casas Conde de Juncal, Becos e da Igreja. Por sua vez, em S. Lourenço do Douro, encontra-se a Igreja Paroquial, o Solar da Quinta de Pinhete e a casa do Ribeiro. Em Vila Boa do Bispo destaca-se o secular Mosteiro dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, a Igreja Paroquial, a Capela de Santo António e a do Pinheiro e também as Casas de Alvelo, da Lavandeira, do Bairral, de Cavalhõezinhos e a Casa do Mosteiro.

2. Caracterização do Agrupamento

2.1. Recursos Humanos

2.1.1. Corpo Discente

Frequentam o Agrupamento um total de 2138 alunos distribuídos por 98 turmas.

No quadro que se segue é possível analisar o número total de alunos e de turmas existentes em cada ano de escolaridade, bem como nos Cursos Profissionais. Neste quadro é ainda possível observar a distribuição dos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) do Agrupamento.

Quadro 1 | N.º de alunos, n.º de turmas e n.º de discentes com Necessidades Educativas Especiais (NEE) por Ano de Escolaridade/Tipologia de curso (dados referentes a setembro 2017)

Ano de Escolaridade / Tipologia de Curso		N.º de Alunos	N.º de Turmas	Alunos NEE
Pré - escolar		273	14	1
1º CEB	1º Ano	128	26	2
	2º Ano	143		4
	3º Ano	142		3
	4º Ano	141		2
2º CEB	5º Ano	144	7	9
	6º Ano	173	8	7
3º CEB	7º Ano	168	7	11
	8º Ano	150	7	8
	9º Ano	165	7	7
Secundário	10º Ano	97	5	6
	11º Ano	129	4	3
	12º Ano	117	6	4
Cursos Profissionais	Técnico de Vendas – 10º Ano	22	1	3
	Técnico de Gestão/ Instalações Elétricas – 10º Ano	27	1	2
	Técnico Auxiliar de Saúde – 11º Ano	17	1	1
	Técnico de Turismo – 11º Ano	25	1	0
	Técnico de Instalações Elétricas – 11º Ano	17	1	0
	Técnico de Turismo – 12º Ano	30	1	0
	Técnico de Auxiliar de Saúde – 12º Ano	30	1	1
TOTAL		2138	98	74

2.1.2. Corpo Docente

Neste Agrupamento há atualmente um total de 200 docentes agrupados em seis Departamentos Curriculares que englobam diferentes grupos disciplinares:

- Pré-Escolar
- 1.º Ciclo
- Departamento de Línguas – Português, Inglês e Francês
- Departamento de Matemática – Matemática, e Informática
- Departamento de Ciências Experimentais – Ciências Naturais, Ciências Físico-Químicas, Biologia/Geologia

- Departamento de Expressões – Educação Visual, Educação Tecnológica, Educação Física e Artes Visuais
- Departamento de Ciências Sociais e Humanas – História, Geografia, Filosofia, Economia e Contabilidade e Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC)

Quadro 2 | Distribuição dos docentes por grupo disciplinar

Grupo Disciplinar	Quadro de Agrupamento	Quadro de Zona Pedagógica	Contratados	Total
100 - Educação Pré-Escolar	15	0	1	16
110 - 1º Ciclo do Ensino Básico	30	10	4	44
120 - Inglês	0	0	2	2
200 - Português e História	4	0	0	4
220 - Português e Inglês	4	2	2	8
230 - Matemática e Ciências Naturais	7	1	0	8
240 - Ed. Visual / Ed. Tecnológica	4	0	0	4
250 - Educação Musical	2	0	0	2
260 - Educação Física	3	0	0	3
290 - E.M.R.C.	0	0	1	1
300 - Português	10	3	1	14
320 - Francês	1	0	1	2
330 - Inglês	4	1	2	7
400 - História	5	0	1	6
410 - Filosofia	1	1	1	3
420 - Geografia	4	0	2	6
430 - Economia e Contabilidade	1	2	1	4
500 - Matemática	8	2	3	13
510 - Física e Química	8	0	2	10
520 - Biologia e Geologia	7	1	1	9
530 - Educação Tecnológica	1	0	0	1
550 - Informática	2	0	0	2
600 - Artes Visuais	3	0	1	4
620 - Educação Física	6	1	5	12
910 – Educação Especial	4	1	4	9
Outros/Técnicos (cursos Profissionais)	0	0	6	6
TOTAL	134	25	41	200

Sublinhe-se a estabilidade que 80% de docentes dos quadros asseguram, consequência da continuidade que podem proporcionar aos discentes nos seus percursos pelo ensino básico ou secundário.

O gráfico que se segue apresenta as habilitações académicas do corpo docente.

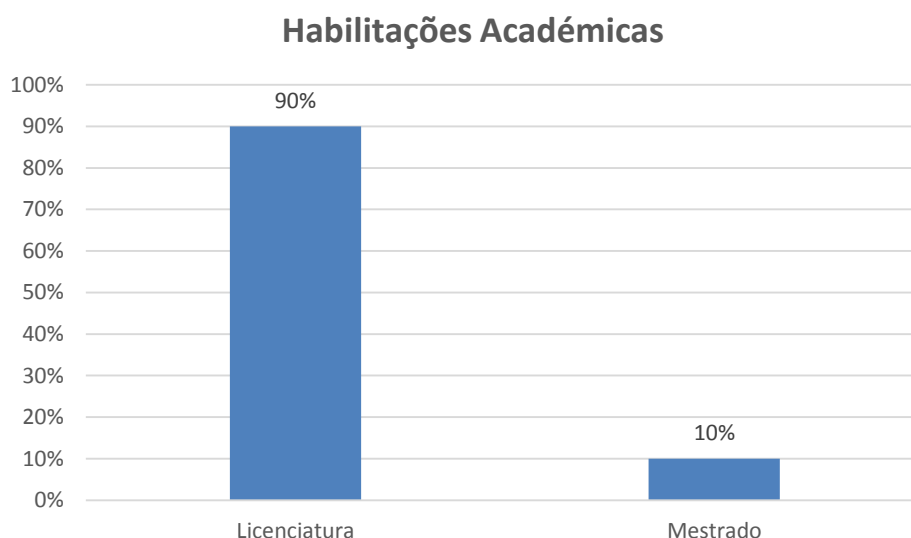


Gráfico 1 | Distribuição do pessoal docente por habilitações académicas

A observação deste gráfico permite concluir que o Agrupamento apresenta um corpo docente em que a grande maioria tem habilitações académicas ao nível da licenciatura.

A gestão dos recursos humanos obedece naturalmente a critérios diversificados, respeitando princípios de equidade e justiça. No que diz respeito ao pessoal docente, esses critérios são essencialmente de natureza pedagógica, cabendo ao Conselho Pedagógico, em grande medida, essa definição como legalmente determinado.

Todos os professores são possuidores das necessárias habilitações para a docência assim como os técnicos especializados.

2.1.3. Pessoal Não Docente

Este Agrupamento apresenta um universo de 68 funcionários/outro pessoal não docente. O quadro 3 permite visualizar a distribuição do pessoal não docente afeto à escola.

Quadro 3 | Distribuição de pessoal não docente

Pessoal Não Docente					
Técnicos Superiores		Assistentes Técnicos (Administrativos)	Assistentes Operacionais (Auxiliares)	Tarefeiras de Limpeza	Contratos Emprego-Inserção
Psicólogo	Técnico Superior				
2	1	15	50	0	0
Total = 68					

A gestão do pessoal não docente obedece a critérios que têm em conta a criação de melhores condições para o bom funcionamento do Agrupamento, a todos os níveis, subordinando-se também, em primeira linha a critérios de ordem pedagógica.

Os não docentes sentem a importância das funções que desempenham e estão sensibilizados para a importância do seu contributo para a qualidade do Agrupamento.

2.1.4. Encarregados de Educação

No que concerne aos Encarregados de Educação (EE), é importante conhecer que tipo de habilitação os mesmos detêm, pois esse fator influencia de sobremaneira as expectativas relativamente ao percurso escolar dos seus educandos.

Habilitações Literárias dos Encarregos de Educação Pré-Escolar

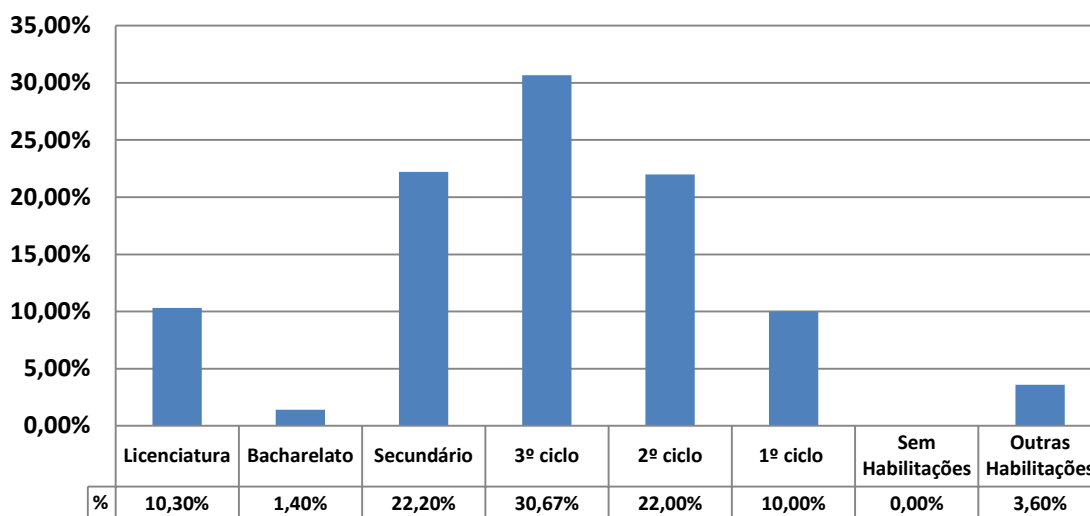


Gráfico 2 | Habilitações Literárias dos EE no Pré-Escolar

Habilitações Literárias dos Encarregados de Educação 1.º Ciclo

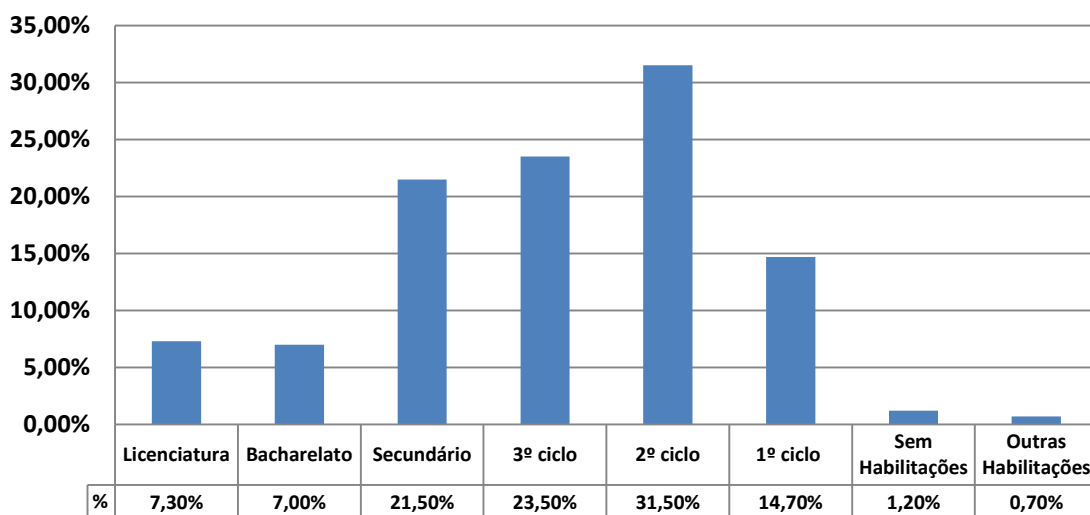


Gráfico 3 | Habilitações Literárias dos EE no 1.º Ciclo

Habilitações Literárias dos Encarregados de Educação 2.º Ciclo

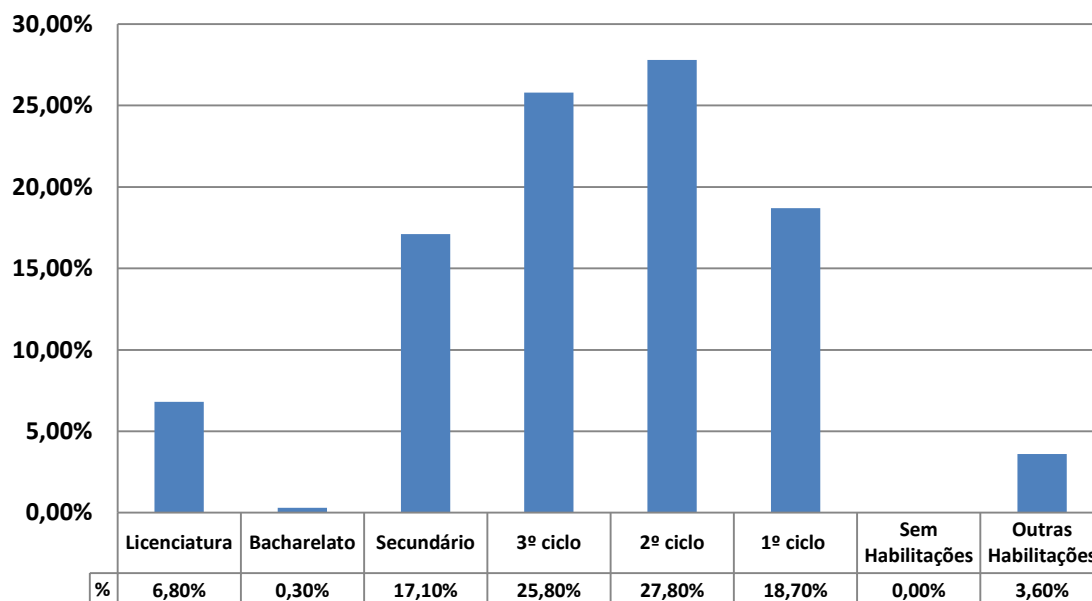


Gráfico 4 | Habilitações literárias dos EE no 2.º Ciclo

Habilitações Literárias dos Enc. Educ. 3.º Ciclo

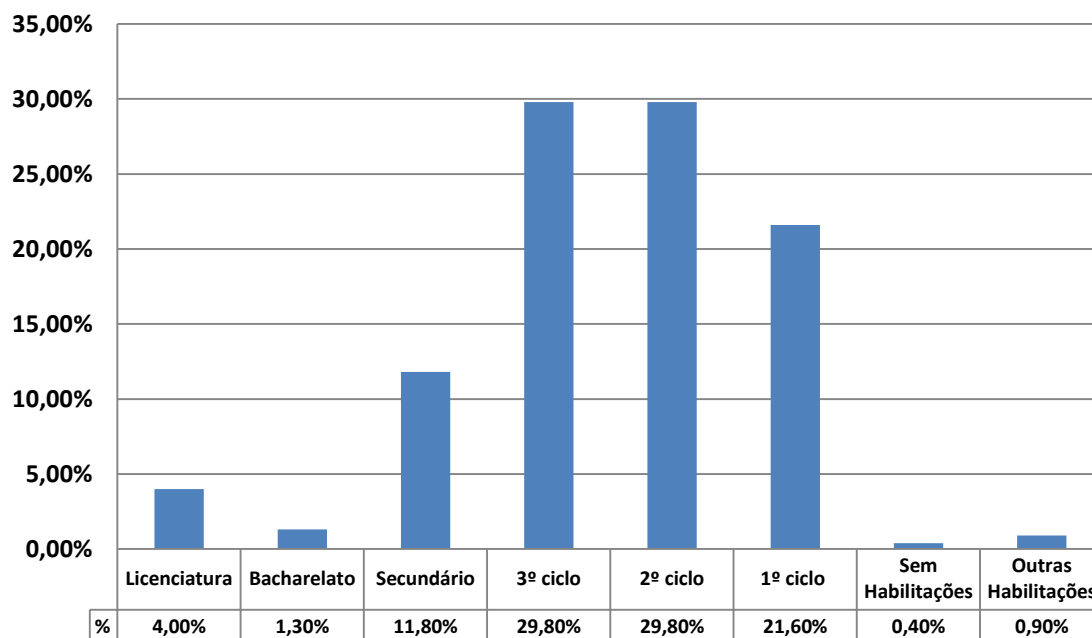


Gráfico 5 | Habilitações literárias dos EE no 3.º Ciclo

Habilitações Literárias dos Enc. Educ. Secundário

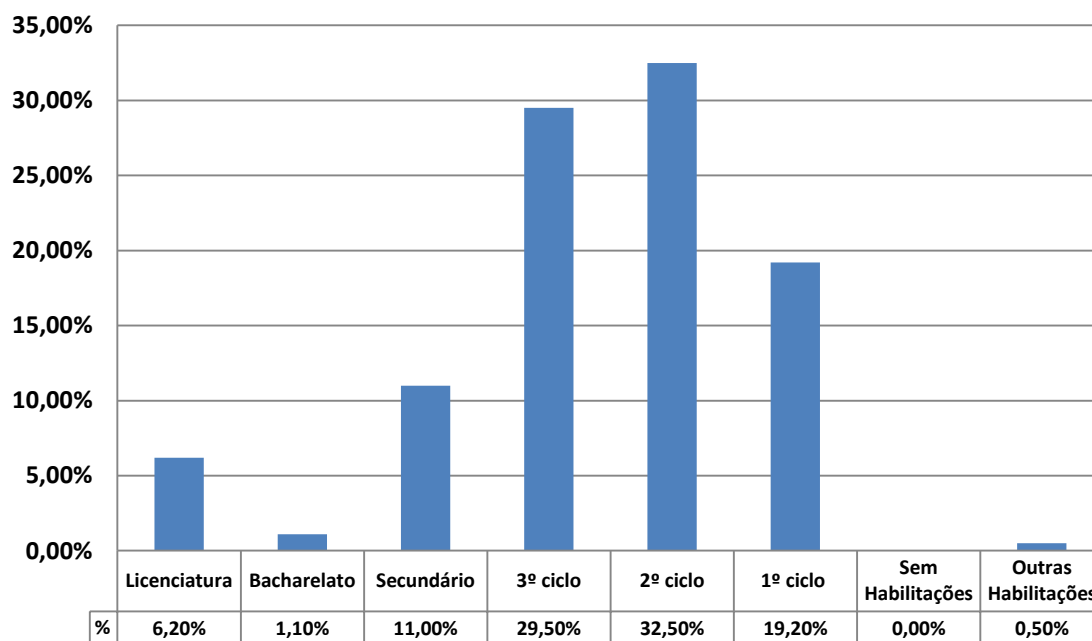


Gráfico 6 | Habilitações literárias dos EE no Secundário

Habilitações Literárias dos Enc. Educ. Profissionais

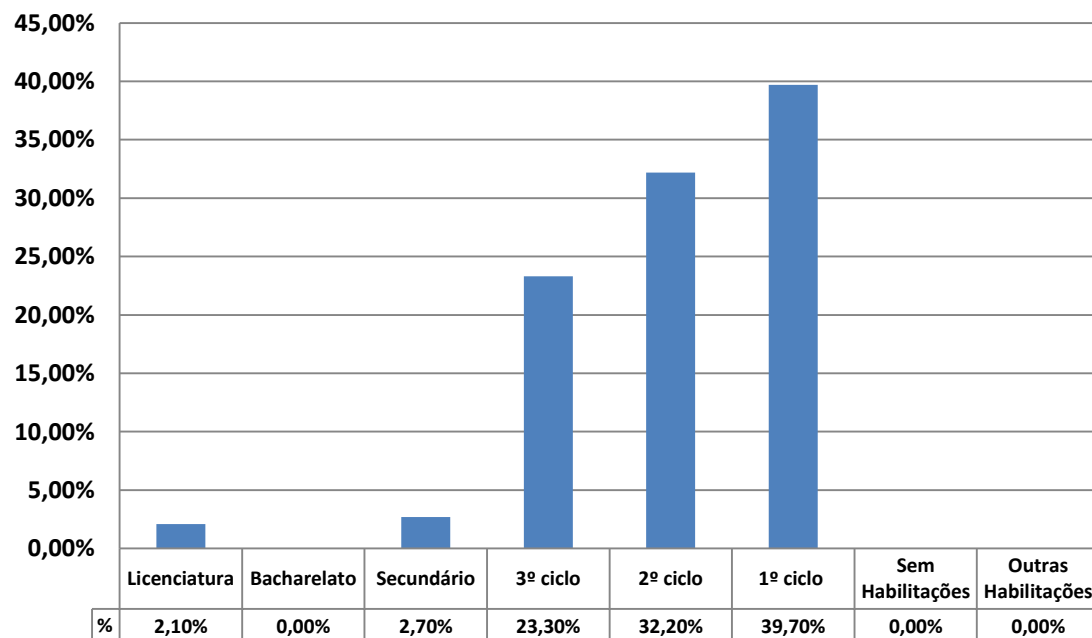


Gráfico 7 | Habilitações literárias dos EE Cur. Profissionais

A análise destes gráficos é muito óbvia: a percentagem mais elevada de Encarregados de Educação com a habilitação mínima do 1.º ciclo verifica-se relativamente aos alunos que frequentam os cursos profissionais; pelo lado contrário, grande parte dos E.E. das crianças que frequenta a educação Pré-Escolar é detentora do 3.º ciclo. A habilitação literária dos encarregados constitui um dado pertinente no que concerne as expectativas dos mesmos em relação ao percurso escolar dos seus educandos.

Pré-Escolar

Idade dos Enc. Educ.

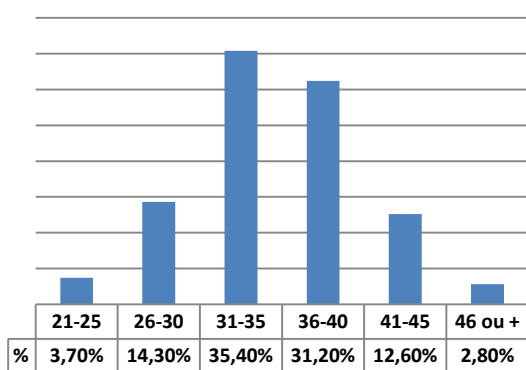


Gráfico 8 | Percentagem de EE por faixa etária no Pré-Escolar (dados referentes a janeiro de 2016)

Comparência na Escola Enc. Educ.

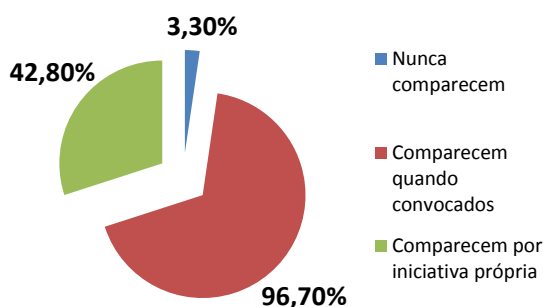


Gráfico 9 | Comparência do EE na escola

1.º Ciclo

Idade dos Enc. Educ.

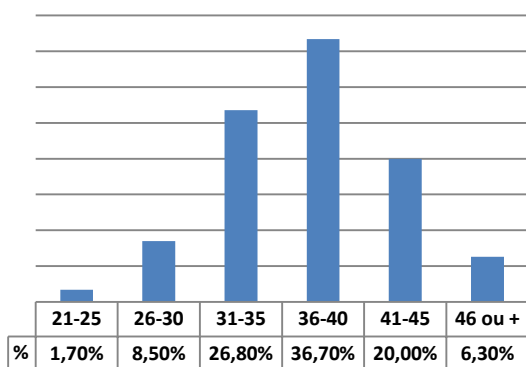


Gráfico 10 | Percentagem de EE por faixa etária do 1.º Ciclo

Comparência na Escola Enc. Educ.

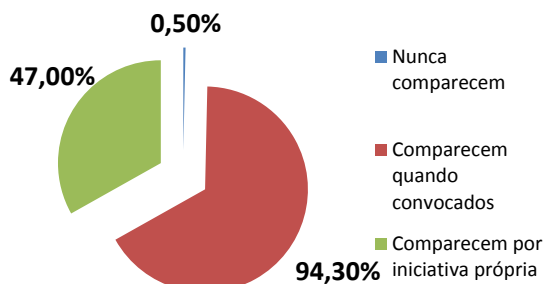
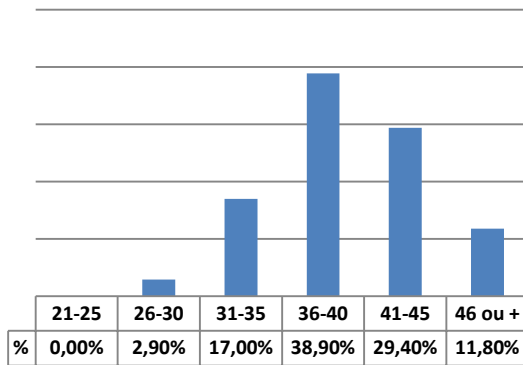


Gráfico 11 | Comparência do EE na escola do 1.º Ciclo

2.º Ciclo

Idade dos Enc. Educ.



Comparência na Escola Enc. Educ.

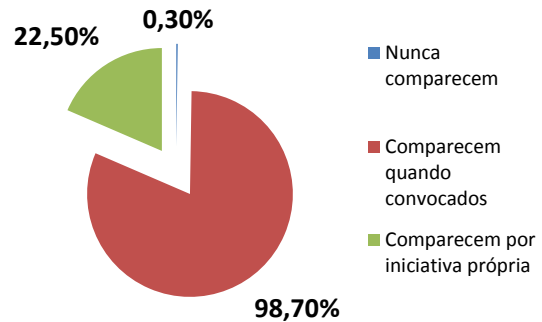
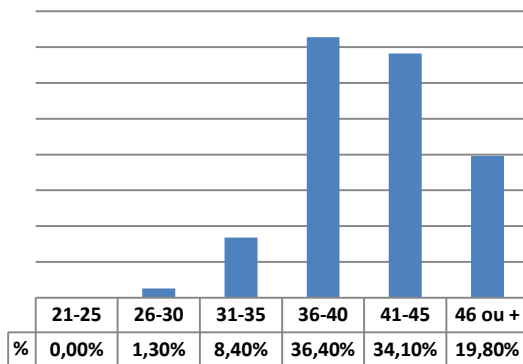


Gráfico 12 | Percentagem de EE por faixa etária do 2.º Ciclo **Gráfico 13** | Comparência do EE na escola do 2.º Ciclo

3.º Ciclo

Idade dos Enc. Educ.



Comparência na Escola Enc. Educ.

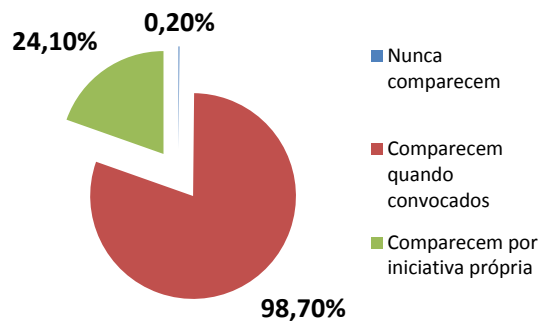
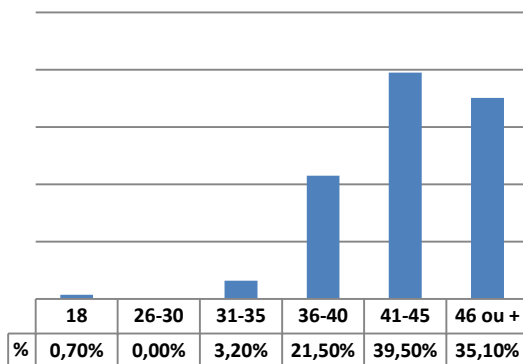


Gráfico 14 | Percentagem de EE por faixa etária do 3.º Ciclo **Gráfico 15** | Comparência do EE na escola do 3.º Ciclo

Secundário

Idade dos Enc. Educ.



Comparência na Escola Enc. Educ.

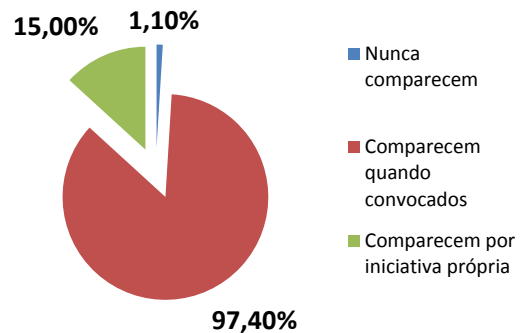


Gráfico 16 | Percentagem de EE por faixa etária do Secund. **Gráfico 17** | Comparência do EE na escola do Secund.

Com base na análise dos gráficos, verifica-se que faixa etária da maioria dos Encarregados de Educação do Pré-Escolar ronda os 31-40 anos. Relativamente à comparência na escola, a grande maioria dos Encarregados de Educação comparecem quando convocados e 42,8% na hora de atendimento por iniciativa própria, mas ainda há 3,3% dos Encarregados de Educação que nunca compareceram (até à data da recolha de dados).

Quanto ao 1.º Ciclo verifica-se também que a maioria dos Encarregados de Educação se situa na faixa etária 31-40 anos. Relativamente à comparência na escola, 94,3% comparecem quando convocados e 42% também compareceram na hora de atendimento por iniciativa própria, 0,5% dos Encarregados de Educação ainda nunca compareceram (até à data da recolha de dados).

No 2.º Ciclo verifica-se que a maioria dos Encarregados de Educação se situa na faixa etária 36-45 anos. No que concerne à comparência na escola, 98,7% comparecem quando convocados e 22,5% também compareceram na hora de atendimento por iniciativa própria, 0,3% dos Encarregados de Educação ainda nunca compareceram (até à data da recolha de dados).

No que se refere ao 3.º Ciclo verifica-se que a maioria dos Encarregados de Educação se situa na faixa etária dos 36-45 anos. Quanto à comparência na escola 98,7% comparecem quando convocados e 24,1% também compareceram na hora de atendimento por iniciativa própria, 0,2% dos Encarregados de Educação ainda nunca compareceram (até à data da recolha de dados).

Quanto ao Secundário verifica-se que a maioria dos Encarregados de Educação se situa, também, na faixa etária dos 36-45 anos. É ainda relevante mencionar que na faixa etária dos 18 anos encontram-se exclusivamente alunos que são os seus próprios Encarregados de Educação. Em relação à comparência na escola, 97,4% comparecem quando convocados e apenas 15% compareceram na hora de atendimento por iniciativa própria, 1,1% dos Encarregados de Educação ainda nunca compareceram (até à data da recolha de dados).

No que diz respeito à comparência dos Encarregados de Educação na escola, constata-se que, no geral, comparecem sempre que convocados mas quanto mais se avança no nível de ensino, estes comparecem cada vez menos por iniciativa própria.

É ainda relevante mencionar a pouca adesão dos pais à Associação de Pais, demonstrando uma participação reduzida na vida escolar.

2.2. Órgãos de Administração e Gestão

2.2.1. Conselho Geral

Tomou posse no dia 22 de abril de 2016 e é constituído por vinte e um membros, com representação de todos os setores da comunidade escolar, da autarquia e da comunidade local: 7 representantes do pessoal docente; 2 representantes do pessoal não docente; 4 representantes dos encarregados de educação; 2 representantes dos alunos; 3 representantes da autarquia; 3 representantes da comunidade local.

O Conselho Geral é o órgão de direção estratégica responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade da Escola, assegurando a participação e representação da comunidade educativa. As competências do Conselho Geral são as estabelecidas pelo artigo 13.º, Subsecção I, capítulo III, do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril de 2008, alterado pelo Decreto – Lei n.º 137/2012 de 2 de julho. Os artigos 14.º, 15.º, 16.º e 17.º, Subsecção I, capítulo III, do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril de 2008, alterado pelo Decreto – Lei n.º 137/2012 de 2 de julho pelo Decreto – Lei n.º 137/2012 de 2 de julho regulam, respetivamente, a forma de designação de representantes, as eleições, o mandato dos seus membros e as reuniões.

2.2.2. Direção

A Direção é constituída por uma Diretora, uma Subdiretora, três Adjuntos e dois Assessores. A Direção é o órgão da administração e gestão da Escola nas áreas pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial. As competências estão definidas no artigo 20.º, Subsecção II, Capítulo III, do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril de 2008, alterado e republicado pelo Decreto – Lei n.º 137/2012 de 2 de julho pelo Decreto – Lei n.º 137/2012 de 2 de julho.

2.2.3. Conselho Administrativo

O Conselho Administrativo é o órgão deliberativo em matéria administrativo-financeira da Escola, nos termos da legislação em vigor. O Conselho Administrativo é presidido pela Diretora e é constituído pelos seguintes membros:

- Diretora;
- Subdiretora;
- Chefe dos Serviços de Administração Escolar.

2.2.4. Conselho Pedagógico

Cumprindo os requisitos legais que orientam para uma constituição diversificada, o Conselho Pedagógico é composto pelos seguintes membros:

- Diretora;
- Coordenadora do Pré-Escolar;
- Coordenadora do 1.º Ciclo;
- Coordenadora do Departamento de Línguas;
- Coordenadora do Departamento de Matemática;
- Coordenador do Departamento de Ciências Experimentais;
- Coordenadora do Departamento de Expressões;
- Coordenadora do Departamento de Ciências Sociais e Humanas;
- Coordenadora dos Diretores de Turma do 2.º Ciclo;
- Coordenadora dos Diretores de Turma 3.º Ciclo;
- Coordenadora dos Diretores de Turma do Ensino Secundário;
- Representante dos Professores Bibliotecários;
- Representante do Serviço de Psicologia e Orientação;
- Coordenador de Projetos;
- Coordenador de Estabelecimento da EB 2,3;
- Coordenador dos Cursos Profissionais;
- Coordenador de Educação Especial.

2.3. Recursos Materiais

2.3.1. Caracterização dos espaços físicos

Os quadros que se seguem apresentam o espaço físico de todas as escolas do Agrupamento.

Quadro 4 | Espaços físicos das Escolas do Pré-Escolar e do 1.º Ciclo

Escola	Freguesia	Tipo de Edifício	Nº de sala de aulas	Salas ocupadas	Salas 1º Ciclo	Salas Pré-escolar	Salas devolutas	Informatizadas	Cantina
Centro Escolar VBB	Vila Boa do Bispo	ST	14	13	7	4	0	Sim	1
EB1 + JI Serrinha	Alpendorada	ST	6	5	3	2	0	Sim	0
JI Lama	Alpendorada	ST	3	3	0	3	0	Sim	1
EB1 + JI Vale do Côvo	Alpendorada	ST/P3	9	8	5	3	0	Sim	1
EB1 + JI Cruzeiro	Alpendorada	P3	9	9	7	2	0	Sim	1
EB1 + JI Q^{ta} do Bairro	Várzea do Douro	ST	5	5	3	2	0	Sim	2
JI Travassos	Várzea do Douro	ST	3	1	0	1	0	Sim	1
EB 1 Gandra	Várzea do Douro	ST	3	3	2	1	0	Sim	1
JI Cruz (ou Devesas)	Torrão	ST	1	1	0	1	0	Sim	1
EB 1 Cruz	Torrão	PC	3	2	2	0	0	Sim	0
EB1 + JI Favões	Favões	ST /PC	6	4	3	1	0	Sim	1

ST – Sem tipografia; PC – Plano centenário; P3

Quadro 5 | Espaços físicos da Escola EB 2,3 de Alpendorada

Polivalências	Computador	Internet	Quadro Interativos	Projektor Multimédia	Televisão	Vídeo
SALAS DE AULA (19)	19	SIM (11)	6	19	0	0
2 EVT	2	SIM (1)	0	2	0	0
2 TIC	38	SIM (38)	0	2	0	0
2 EV	2	0	0	2	0	0
1 ET	1	SIM (1)	0	1	0	0
1 PAM	10	SIM (10)	0	1	0	0
1 EM	1	SIM (1)	0	1	0	0
3 CEF	30	SIM (30)	1	3	0	0
1 BIBLIOTECA	9	SIM (9)	0	0	1	1
SALA DE PROFESSORES	3	SIM (3)	0	0	1	0
PAPELARIA	1	0	0	0	0	0
POLIVALENTE	0	0	0	0	1	0
BUFETE/BAR	1	0	0	0	0	0
CANTINA	0	0	0	0	0	0
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	1	SIM (1)	0	0	0	0
SALA DT	7	0	0	1	0	0
SALA EF	1	0	0	0	0	0
ARRECADAÇÕES	0	0	0	0	1	1
SALA REUNIÕES	1	SIM (1)	0	1	0	0
GABINETE COORDENADOR	1	SIM (1)	0	0	0	0
REPOGRAFIA	1	0	0	0	0	0
BAR SALA DOS PROFESSORES	1	0	0	0	0	0
GABINETE DE PSICOLOGIA	1	SIM (1)	0	0	0	0
SALA FUNCIONÁRIOS	4	SIM (4)	0	0	0	0

Quadro 6 | Espaços físicos da Escola S/3 de Alpendorada

Polivalências		Computador	Internet	Quadros Interativos	Projektor Multimédia	Televisão	Vídeo
BLOCO A	1º Piso						
	Direção	5	SIM (5)	0	0	0	0
	Serviços Administrativos	17	SIM (17)	0	0	0	0
	Receção	1	SIM (1)	0	0	0	0
	Papelaria	0	0	0	0	0	0
	Reprografia	1	SIM (1)	0	0	0	0
	Bufete/bar	0	0	0	0	0	0
	Sala de Anfiteatro	0	0	0	1	0	0
Sala de convívio dos alunos	0	0	0	1	2	0	

BLOCO B	Cantina	0	0	0	0	0	0	
	Gabinete de Atendimento aos Encarregados de Educação	0	0	0	0	0	0	
	Sala de Associação de Pais	1	SIM (1)	0	0	0	0	
	Gabinete de Atendimento ao aluno	1	SIM (1)	0	0	0	0	
	Sala de Acolhimento	1	SIM (1)	0	0	0	0	
	2º Piso							
	Sala de Professores	7	SIM (7)	0	0	1	0	
	Sala de reuniões	21	SIM (21)	1	1	0	0	
	Biblioteca	13	SIM (13)	0	3	1	1	
	8 Salas de aula	8	SIM (8)	1	8	0	0	
	Gabinete	0	0	0	0	0	0	
	Salas de trabalho e Seminário	3	SIM (3)	0	0	0	0	
	Arrecadação	0	0	0	0	0	0	
	3 Salas de material didático	0	0	0	0	1	1	
	Sala de reuniões	2	SIM (2)	0	0	0	0	
	Sala de Diretores de Turma	2	0	0	0	0	0	
	Sala de Professores	7	SIM (7)	0	0	1	0	
	1º Piso							
	Laboratório de Química	1	SIM (1)	0	1	0	0	
	Laboratório de Física	1	SIM (1)	0	1	0	0	
	Laboratório de Ciências Experimentais	1	SIM (1)	0	1	0	0	
	Laboratório de Ciências Naturais	1	SIM (1)	1	1	0	0	
	Câmara Escura	0	0	0	0	0	0	
	Arquivo de Material técnico	1	SIM (1)	0	1	0	0	
Sala de Educação Tecnológica	1	SIM (1)	0	1	0	0		
Oficina	1	SIM (1)	0	1	0	0		
1 Sala de aula	1	SIM (1)	0	1	0	0		
2 Arrecadações gerais	0	0	0	0	1	1		
2º Piso								
6 Salas de aula	6	SIM (6)	1	6	0	0		
Laboratório de Matemática (25)	1	SIM (1)	1	1	0	0		
Laboratório de Línguas (27)	1	SIM (1)	1	1	0	0		
2 Salas de Desenho	2	SIM (2)	1	2	0	0		
3 Salas de T.I.C. (com arrumos de informática e laboratório)	48	SIM (48)	0	7 a)	0	0		
2 Arrecadações de material didático	1	0	0	0	2	2		
6 Salas de aula	6	Sim (6)	0	6	0	0		

a) 4 Projetores são para requisição

2.4. Oferta curricular do Agrupamento

O Agrupamento possui uma oferta formativa relativamente diversificada, que pode ser confrontada no quadro seguinte.

Quadro 7 | Oferta curricular

ENSINO REGULAR	PRÉ - ESCOLAR
	1.º CEB
	2.º CEB
	3.º CEB
	SECUNDÁRIO: Curso Ciências e Tecnologias Curso Línguas e Humanidades Curso Ciências Socioeconómicas Curso Artes Visuais
CURSOS PROFISSIONAIS	Técnico de Vendas
	Técnico de Gestão
	Técnico de Instalações Elétricas
	Técnico Auxiliar de Saúde
	Técnico de Turismo
	Técnico de Instalações Elétricas

Como é possível observar, o Agrupamento dispõe de várias ofertas destinadas a jovens. No 3.º ciclo do ensino básico possui o Ensino Regular e no ensino secundário, os alunos podem optar pelos Cursos Científico – Humanísticos ou Cursos Profissionais.

Os cursos científicos - humanísticos são cursos de certificação unicamente escolar e destinam-se a alunos que tendo concluído o 9.º ano e realizado os exames nacionais de Matemática e Língua Portuguesa, pretendam prosseguir estudos e ingressar no Ensino Superior. No que concerne a estes cursos, o Agrupamento procurará ir de encontro às expectativas e interesses dos alunos. Assim, pretende-se, sempre que possível, que o Agrupamento disponha no 10.º ano de escolaridade da abertura dos Cursos de Línguas e Humanidades, Ciências e Tecnologias, Ciências Sócio Económicas e Artes Visuais.

Os cursos profissionais têm a duração de 3 anos e são destinados a discentes com o 9.º ano de escolaridade, que tenham como objetivo concluir o ensino secundário e obter uma certificação profissional (nível III da União Europeia). São organizados por módulos, com flexibilidade e respeito pelos ritmos de aprendizagem. A vertente profissionalizante dos cursos é complementada pela articulação com o mercado de trabalho. Ao proporcionar experiências em contexto real de trabalho, uma oferta de formação em competências transversais e um conjunto diversificado de atividades de complemento curricular, a escola mune os seus alunos de ferramentas essenciais para o desenvolvimento pessoal e profissional e conseqüentemente para o sucesso na procura de emprego e inserção na vida ativa.

O Agrupamento não dispõe de oferta para adultos, com experiências pessoais e profissionais diversificadas, que viram os seus processos de validação de competências interrompidos em consequência da extinção do CNO. Contudo, o Agrupamento está sempre disponível a ceder instalações a entidades formadoras de adultos.

2.5. Envolvimento com a comunidade

A escola é uma instituição que não se esgota na transmissão e aquisição de conhecimentos. “Formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas”, de acordo com Paulo Freire (1997, p.15). Assim, a escola tem de ampliar o seu papel a uma formação geradora de uma real e integral educação. Estas novas solicitações à escola implicam que ela institua uma forte relação com os contextos e a comunidade em que esta está inserida «uma escola que se constrói na e com a comunidade» e que assume, simultaneamente, o «estabelecimento de relações com o exterior (...) e uma rede de comunicações no seu interior” (Fernandes, et al., 2001, p. 82).

O “Mega” - Agrupamento de Escolas de Alpendorada começou a funcionar no ano letivo de 2010/2011, o seu tempo de existência já lhe permitiu, de algum modo, consolidar um espaço de interação com a comunidade em que está inserido. As atividades organizadas pelo Agrupamento, abertas à comunidade envolvem um número significativo de participantes e visitantes, nomeadamente a tradicional “Feira de S. Martinho”, “A Semana Cultural”, “O Dia Mundial da Poesia”, “ O Dia do Diploma” e o “Sarau de Final de Ano”. A realização destes espaços de interação com a comunidade é um mecanismo de sensibilização, de normalização e de publicitação que transmite uma mensagem de estreita cooperação e participação efetiva de todos os seus intervenientes, de modo a eliminar qualquer barreira psicológica ou social. Será sempre necessário fomentar atividades abertas à comunidade com projetos criativos e ambiciosos, que marquem pela diferença, que cortem em definitivo com o previsível e para que o espaço Escola/Agrupamento seja sinónimo de pluralismo.

2.6. Parcerias/Protocolos

No Agrupamento de Escolas de Alpendorada, o envolvimento com a comunidade tem igualmente passado por algumas parcerias estabelecidas com o tecido empresarial do concelho ou outras entidades/instituições da área da saúde, do desporto, autárquica ou cultural.

PARCERIA/ PROTOCOLO	ÂMBITO
Hotel Convento de Alpendorada	Estágios de cursos profissionais
Unidade de Saúde Familiar de Alpendorada/ Centro de Saúde do Marco de Canaveses	Projeto “PRESSE”
Farmácia Liga	Estágios de cursos profissionais
Farmácia Confiança Bom Viver, Lda	Estágios de cursos profissionais
Farmácia Ribeiro	Estágios de cursos profissionais
Alimentação Animal Nanta, S.A.	Estágios de cursos profissionais
Farmácia Cabanelas	Estágios de cursos profissionais
Minipreço Marco de Canaveses	Estágios de cursos profissionais
Fundação Santo António	Estágios de cursos profissionais
Supermercado Génio da Poupança	Estágios de cursos profissionais
Laboratório de Análises Clínicas Vale do Sousa	Estágios de cursos profissionais
Intermarché Marco de Canaveses	Estágios de cursos profissionais
Medimarco – Serviços Médicos, Lda	Estágios de cursos profissionais
Zippy-Kidstore	Estágios de cursos profissionais
Desfilemágico, Unipessoal, Lda	Estágios de cursos profissionais
Sport Box	Estágios de cursos profissionais
Beleza Sublime, Lda	Estágios de cursos profissionais
Esposendes, Comércio e Serviços, Lda	Estágios de cursos profissionais
Lúisa Florista	Estágios de cursos profissionais
Mercado Ribeiro – José Maria Ribeiro da Silva	Estágios de cursos profissionais
Minimarco Supermercados, Lda	Estágios de cursos profissionais
Dr. Kid – Ricardo Manuel Fernandes de Sousa	Estágios de cursos profissionais
SDSR – Sport Division Sr, S.A.	Estágios de cursos profissionais
José Luís Silva Ferreira – Casa do Povo	Estágios de cursos profissionais
Maria de Fátima Couto da Silva	Estágios de cursos profissionais
Armando Fernandes Mendes	Estágios de cursos profissionais
Tamis Jeans Entreroupas – Unipessoal, Lda	Estágios de cursos profissionais
BLM – sports, Lda	Estágios de cursos profissionais
Jeans Store	Estágios de cursos profissionais
Crescer a Norte, Centro de Apoio Psicopedagógico, Lda	Estágios de cursos profissionais
N&C – Natividade e Carlos, Lda	Estágios de cursos profissionais
Superalpe – Supermercados, Lda	Estágios de cursos profissionais
Montra Repleta, Lda	Estágios de cursos profissionais
Altino & Ribeiro, Lda	Estágios de cursos profissionais
AJC – A. JORGE CABRAL V. AZEVEDO	Estágios de cursos profissionais
NELUZ, ELECTRICIDADE E PICHELARIA	Estágios de cursos profissionais
LC Renato, Instalações Elétricas Lda.	Estágios de cursos profissionais
TV PEDRO – ELECTRODOMÉSTICOS, MÓVEIS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA Lda.	Estágios de cursos profissionais
HIDROCALOR Lda.	Estágios de cursos profissionais
A. AZEVEDO SOUSA Lda.	Estágios de cursos profissionais
José Fernando Ribeiro Bravo, atividades elétricas e pichelaria	Estágios de cursos profissionais
PJR – Automatismos e Segurança	Estágios de cursos profissionais
Cabral – Sistemas de Climatização	Estágios de cursos profissionais
Nuflasom	Estágios de cursos profissionais
Electro Lopes	Estágios de cursos profissionais
FRANCISCO MADUREIRA, LDA. Eletrodomésticos, Materiais para a Construção Civil	Estágios de cursos profissionais
Eletroalp	Estágios de cursos profissionais

Pichelsousa Pichelaria Lda	Estágios de cursos profissionais
J. AGUIAR – INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E CANALIZAÇÕES, LDA	Estágios de cursos profissionais
SolarMarco, Sistemas de Climatização	Estágios de cursos profissionais
Electralp Soc de Electricidade de Alpendorada Lda	Estágios de cursos profissionais
Tiago Manuel Vieira Pinto, Eletricidade e Pechelaria, Lda	Estágios de cursos profissionais
Ministério da Saúde/ Unidade de Saúde pública do Marco	Projeto PASSE (1º ciclo)
Guarda Nacional Republicana - Alpendorada	Prevenção Rodoviária; Escola Segura; Segurança e Privacidade na Internet
Cruz Vermelha Portuguesa – delegações de Alpendorada e Marco de Canaveses	Palestras
Associação de Luta Contra a Sida ABRAÇO	Palestras
Evax	GAA – Mudanças na Adolescência
Unidade de Saúde Pública do Marco	Projeto PRESSE (Pré-Esc.)
Academia de Música de Castelo de Paiva	Ensino articulado da música
inED, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto	Projeto ciência na escola (1º ciclo)
Câmara Municipal do Marco de Canaveses	Atividades de enriquecimento curricular e estágios cursos profissionais.
ARCA – Associação Recreativa e Cultural de Alpendorada	Andebol feminino – clube Desporto Escolar
GCA – Ginásio Clube de Alpendorada	Canoagem – clube de Desporto Escolar
ANPRI, CCTIC Universidade de Évora, CCTIC ESE Setúbal e Microsoft	Iniciação à programação no 1º ciclo do Ensino Básico
CFAE – Centro de Formação da Associação de Escolas de Marco e Cinfães	Projeto do PTE
CERCIMARCO e APADIMP	Intervenção de técnicos especializados de terapia da fala e ocupacional/ desenvolvimento dos planos de ação
Associação do Porto de Paralisia Cerebral	Ações de Formação para docentes, não docentes e Encarregados de Educação
Santa Casa da Misericórdia do Marco de Canaveses	Hospital dos pequeninos: Missão Sorriso; A saúde vem à rua; estágios profissionais
Câmara Municipal e Junta de Freguesia / Piscinas Municipais de Alpendorada	Prática da natação
CLDS CAERUS	Atividades do PRESSE, Feira Novas Oportunidades ou outras
Fábrica da Igreja Paroquial de S. João Baptista – Alpendorada	Divulgação de atividades através do folhetim paroquial
ART – Associação de Reabilitação de Toxicodependentes	Palestras
Instituto da Droga e Toxicodependência	Palestras
Geração Depositrão, ERP Portugal Ecorepórter da energia, fundação EDP	Projeto Eco-Escolas
Ministério da Educação através do lave	Projeto Provas de aferição 2.º, 5.º e 8.º ano
CPCJ do Marco de Canaveses	Sinalização de situações de absentismo e abandono escolar bem como de situações que colocam em risco os nossos alunos.,

2.7. Clima do Agrupamento

2.7.1. Comportamento/Disciplina

Reconhecida por toda a comunidade escolar, a disciplina é um fator essencial na aprendizagem e na convivência com os elementos da comunidade educativa. Numa análise feita às participações disciplinares verifica-se que a maioria das ocorrências disciplinares se verificam no contexto de sala de aula. Verifica-se também que a maioria é registada por alunos reincidentes que se encontram, maioritariamente, matriculados no 3.º ciclo. Assim, deve-se orientar a ação no sentido de levar os discentes a interiorizar os respetivos direitos e deveres que se encontram estabelecidos na Lei e no Regulamento Interno, bem como consciencializar os Encarregados de Educação para a necessidade de inculcar nos seus educandos a responsabilização pelos seus atos e o respeito pelas regras de conduta instituídas e divulgadas junto à comunidade educativa. No que diz respeito a professores e funcionários, estes devem uniformizar e instituir rigor na exigência do cumprimento de normas cívicas, dentro e fora da sala de aula.

As medidas educativas disciplinares, têm como único fundamento a ação pedagógica e terão os seguintes alvos prioritários:

- Contribuir para a formação e para o enriquecimento da personalidade e do caráter dos alunos como futuros elementos de uma sociedade justa, solidária e democrática;
- Reforçar a integração dos alunos na comunidade escolar como elementos autónomos, responsáveis e participativos de acordo com os objetivos educativos que orientam as atividades escolares;
- Valorizar a autenticidade, o respeito e a compreensão que devem estar sempre presentes nas relações interpessoais dos alunos e destes com os restantes membros da comunidade escolar;
- Respeitar as recomendações, as regras, e os compromissos de trabalho que orientam a participação dos alunos nas atividades escolares de modo a serem atingidos os objetivos educativos previstos no projeto educativo de escola;
- Garantir a dignidade, a independência e a saúde dos alunos, como pessoas, e as condições de vida e de higiene do espaço escolar;
- Evidenciar a importância da defesa do património escolar como um bem social ao serviço de todos os alunos, indispensável à sua formação, e o respeito pelos haveres de cada elemento da comunidade escolar;

- Clarificar os vários níveis de intervenção e de responsabilidade dos diferentes membros de comunidade escolar no uso dos direitos e deveres que lhes são conferidos.

2.7.2. Pontos Fortes

Foi considerado pela intervenção da avaliação externa que a ação do Agrupamento tem produzido um impacto consistente e acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. A equipa da avaliação externa realçou os seguintes pontos fortes no desempenho do Agrupamento:

- A ação educativa tem impacto na melhoria dos resultados (académicos e sociais) e na sustentabilidade de um ambiente educativo propício ao desenvolvimento e à melhoria dos processos de aprendizagem dos alunos;
- Os incentivos à participação cívica dos alunos, com reflexos no aprofundamento das responsabilidades partilhadas e promoção da cidadania;
- Uma dinâmica de trabalho colaborativo entre os docentes, com impactos no planeamento, organização pedagógica e exploração de práticas e estratégias facilitadoras da aprendizagem;
- Implementação de medidas, ao nível dos alunos com necessidades educativas especiais, com impactos na sua inclusão e promoção social e académica;
- Reduzido abandono escolar, derivado do trabalho de articulação entre os vários responsáveis e na implementação de estratégias de prevenção;
- Liderança mobilizadora da Direção, que envolve os profissionais, os pais/encarregados de educação e a comunidade, na promoção do projeto educativo;
- Adoção de procedimentos de gestão claramente orientados por princípios de natureza pedagógica, valorizando a qualidade dos processos de ensino e de aprendizagem e as relações professor-aluno.
- As situações de indisciplina, dentro e fora da sala de aula, são residuais.

2.7.3. Pontos Fracos / Problemas Identificados

O Agrupamento de Escolas de Alpendorada entrou em funcionamento no ano letivo de 2010/2011 e são notórios alguns aspetos menos positivos que deverão ser aperfeiçoados e que deverão constituir os campos de ação prioritária de todos os intervenientes no processo educativo. Assim, entre os aspetos a melhorar destacam-se os elencados pela equipa de

avaliação externa e a partir dos quais se estruturou uma matriz SWOT (*Strenghts* – pontos fortes, *Weaknesses* – pontos fracos, *Opportunities* – oportunidades e *Threats* - ameaças). A referida equipa de avaliação salientou que as áreas onde o Agrupamento deve incidir prioritariamente os seus esforços para a melhoria são as seguintes:

- A valorização das assembleias de delegados de turma e dos espaços e momentos de reconhecimento público do mérito e distinção académicos e escolares que abranjam todos os alunos.
- A definição, no Projeto Educativo, de indicadores de referência para os resultados académicos, com impacto na orientação do trabalho dos docentes, para levar todos os alunos mais longe no seu desempenho.
- A articulação dos conteúdos curriculares entre os diferentes ciclos e níveis de educação e ensino tendo a vista a melhoria das aprendizagens das crianças/alunos.
- A implementação de um plano, regular e sistemático, de supervisão da prática letiva em sala de aula que contribua para o desenvolvimento profissional dos docentes e, conseqüentemente para a melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem.
- O desenvolvimento de condições que garantam uma maior valorização, a sustentabilidade e a consolidação do processo de autoavaliação.
- Uma maior diversidade da oferta formativa, quer ao nível do ensino regular, nos vários ciclos e níveis de ensino, quer ao nível da oferta qualificante (Cursos Profissionais).

Destacam-se ainda no âmbito psicossocial e comunitário os seguintes problemas:

- Situações de pobreza.
- Desemprego/emprego precário.
- Desarticulação familiar.
- Baixas habilitações académicas.
- Pouca valorização da escola, favorecendo as baixas expectativas dos Encarregados de Educação face à mesma.
- Pouco envolvimento dos Pais / Encarregados de Educação nas atividades da Associação de Pais.

Capítulo II

Planificação da Ação Educativa

3. Processo Educativo

3.1. Princípios/Valores orientadores

O Projeto Educativo é um instrumento fundamental da autonomia da escola. Obedece aos princípios orientadores estabelecidos na LBSE, Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, alterada pela Lei n.º 115/97 (1.ª alteração) e Lei n.º 49/2005 (2.ª alteração), onde se consagra a autonomia dos estabelecimentos de ensino, tal como o poder pela administração educativa de tomar decisões nos domínios estratégico, pedagógico, administrativo, financeiro e organizacional. Procurando responder às finalidades e aos princípios orientadores deste Projeto, a sua estrutura decorre de um conjunto de princípios orientadores, agrupados em grandes opções educacionais. A saber:

- a universalidade do direito à educação;
- a diversificação do ensino;
- a finalidade educacional de promover a educação em três dimensões:
 - *Dimensão pessoal – desenvolvimento global e harmonioso da personalidade.*
 - *Dimensão das aquisições intelectuais – aquisição de um saber estruturado em domínios diversificados.*
 - *Dimensão para a cidadania – formação de cidadãos livres, conscientes e participativos.*
- a valorização da língua materna;
- a adoção de uma perspetiva interdisciplinar e integradora;
- a promoção do objetivo da inclusão pela diferenciação pedagógica;
- a promoção e reforço do direito à diferença e à adequação do tipo de ensino, dos objetivos educacionais e do plano de estudos, às características e singularidades dos alunos, sejam elas de natureza física, psicológica, cognitiva ou social – escola inclusiva;
- a realização de um número cada vez maior de atividades que unam todos os docentes e outros intervenientes numa prática pedagógica comum;
- a sensibilização para a necessidade de implementar as novas formas organizativas inerentes à própria escola;
- a corresponsabilização de todos na tomada de decisões através de uma participação sistemática na procura de consensos que permitam projetos de ação comuns;

- o envolvimento de instituições públicas e privadas na definição de linhas de política educativa;
- a articulação de todos os níveis de ensino ao nível do currículo, dos recursos e dos espaços, através da inovação das práticas pedagógicas.

3.2. Objetivos

3.2.1. Objetivos Gerais

A Lei de Bases do Sistema Educativo, ao definir o Projeto Educativo Nacional, transmite à Escola, no Ensino Básico e Secundário a missão de procurar atingir os objetivos que a seguir se enunciam:

3.2.2. Educação Pré-Escolar

- Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências de vida democrática numa perspetiva para a cidadania;
- Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência como membro da sociedade;
- Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem;
- Estimular o desenvolvimento global da criança no respeito pelas suas características, incutindo comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diferenciadas;
- Desenvolver a expressão e a comunicação através de linguagens múltiplas como meios de relação de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo;
- Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;
- Proporcionar à criança ocasiões de bem-estar e de segurança, nomeadamente no âmbito da saúde individual e coletiva;
- Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidades e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança;
- Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efetiva colaboração com a comunidade.

3.2.3. Ensino Básico

- Assegurar uma formação geral comum a todos os portugueses que lhes garanta a descoberta e o desenvolvimento dos seus interesses e aptidões, capacidades de

raciocínio, memória e espírito crítico, criatividade, sentido moral e sensibilidade estética, promovendo a realização individual em harmonia com os valores da solidariedade social;

- Assegurar que nesta formação sejam equilibradamente inter-relacionados o saber e o saber fazer, a teoria e a prática, a cultura escolar e a cultura do quotidiano;
- Proporcionar o desenvolvimento físico e motor, valorizar as atividades manuais e promover a educação artística de modo a sensibilizar o aluno para as diversas formas de expressão, detetando e estimulando aptidões desses domínios;
- Proporcionar a aquisição dos conhecimentos basilares que permitam o prosseguimento de estudos ou a inserção do aluno em esquemas de formação profissional, bem como facilitar a aquisição e o desenvolvimento de métodos e instrumentos de trabalho pessoal e em grupo, valorizando a dimensão humana do trabalho;
- Fomentar a consciência nacional, aberta à realidade concreta, numa perspetiva de humanismo universalista de solidariedade e de cooperação internacional;
- Desenvolver o conhecimento e apreço pelos valores característicos da identidade, língua, história e cultura portuguesas;
- Proporcionar experiências que favoreçam a maturidade cívica e sócio – afetiva, criando no aluno atitudes e hábitos positivos de relação e cooperação, quer no plano dos seus vínculos de família, quer no da intervenção consciente e responsável na realidade circundante;
- Proporcionar a aquisição de atitudes autónomas, visando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária;
- Assegurar às crianças com necessidades educativas específicas, devidas a deficiências físicas e mentais, condições de desenvolvimento e pleno aproveitamento das suas capacidades;
- Fomentar o gosto por uma constante atualização de conhecimentos;
- Proporcionar, a liberdade de consciência, a aquisição de noções de educação cívica e moral.

3.2.4. Ensino Secundário

- Assegurar o desenvolvimento do raciocínio, da reflexão e da curiosidade científica e o aprofundamento dos elementos fundamentais de uma cultura humanística, artística, científica e técnica que constituam suporte cognitivo e metodológico apropriado para o eventual prosseguimento de estudos e para a inserção na vida ativa;

- Facultar aos jovens conhecimentos necessários à compreensão das manifestações estéticas e culturais e possibilitar o aperfeiçoamento da sua expressão artística;
- Fomentar a aquisição e aplicação de um saber cada vez mais aprofundado assente no estudo, na reflexão crítica, na observação e na experimentação;
- Formar, a partir da realidade concreta da vida regional e nacional, e no apreço pelos valores permanentes da sociedade, em geral, e da cultura portuguesa, em particular, jovens interessados na resolução dos problemas do País e sensibilizados para os problemas da comunidade internacional;
- Facultar contactos e experiências com o mundo do trabalho, fortalecendo os mecanismos de aproximação entre a escola, a vida ativa e a comunidade e dinamizando a função inovadora e interventora da escola;
- Favorecer a orientação e formação profissional dos jovens, através da preparação técnica e tecnológica, com vista à entrada no mundo do trabalho;
- Criar hábitos de trabalho, individual e em grupo, e favorecer o desenvolvimento de atitudes de reflexão metódica, de abertura de espírito, de sensibilidade e de disponibilidade e adaptação à mudança.

3.2.5. Educação especial

A Educação Especial destina-se a promover a existência de condições que assegurem a "educação inclusiva que visa a equidade educativa (...) quer no acesso quer nos resultados. (...) Neste sistema, as práticas educativas devem assegurar a gestão da diversidade da qual decorrem diferentes tipos de estratégias que permitam responder às necessidades educativas especiais dos alunos.

Deste modo, a escola inclusiva pressupõe individualização e personalização das estratégias educativas, enquanto método de prossecução do objetivo de promover competências universais que permitam a autonomia e o acesso à condição plena da cidadania por parte de todos." In Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro. A Educação Especial visa" (...) "a inclusão educativa e social, o acesso e o sucesso educativo, a autonomia, a estabilidade emocional, bem como a promoção da igualdade de oportunidades, a preparação para prosseguimento de estudos ou para uma adequada preparação para a vida profissional e para uma transição da escola para o emprego de crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais (...)" (Idem) de carácter permanente.

Assim, cabe à Educação Especial a promoção de condições para a adequação do processo educativo ao seu público-alvo: alunos que apresentam limitações significativas ao nível da

atividade e participação num ou vários domínios da vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de caráter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social.

Neste sentido, a Educação Especial exige um conjunto de recursos específicos, metodologias de ensino, currículos adaptados, apoio de materiais ou de serviços de pessoal docente especializado e estratégias específicas de acordo com as necessidades de cada aluno, os quais devem constar nos seus Programas Educativos Individuais – nas adequações curriculares individuais ou nos currículos específicos individuais, de modo a adequar as respostas educativas às necessidades dos alunos e promover o acesso e o sucesso dos alunos elegíveis para a Educação Especial.

3.3. Objetivos Específicos

De acordo com a legislação em vigor, e considerando os princípios orientadores nesta expressos, são definidos os seguintes objetivos específicos, de acordo com os diversos âmbitos:

3.3.1. Âmbito Pedagógico

- Criar uma escola dinâmica, aberta à comunidade, onde prevaleça o diálogo e a partilha de conhecimentos, valores e atitudes.
- Promover a interdisciplinaridade e a criação de situações estimulantes, globalizantes e integradoras de aprendizagem.
- Educar para uma sociedade tecnológica, continuando a investir na utilização de novas tecnologias da informação.
- Promover uma educação para a cidadania, arte, saúde e ambiente em todas as suas vertentes, formando cidadãos autónomos, socialmente ativos e responsáveis.
- Apostar na diversidade da oferta educativa.
- Promover a inclusão educativa e social, o acesso e o sucesso educativo, a autonomia, bem como a promoção da igualdade de oportunidades, a preparação para o prosseguimento de estudos ou para a transição para a vida profissional dos jovens com necessidades educativas especiais.
- Reconhecer o mérito escolar e desportivo, promovendo a sua visibilidade e o reconhecimento públicos.

- Desenvolver atividades curriculares e de complemento curricular, tais como, Desporto Escolar, Clubes, Visitas de Estudo e atividades culturais, que proporcionem aos alunos o gosto pela escola.
- Desenvolver hábitos de leitura, em articulação com a Biblioteca escolar.
- Promover a construção de uma escola inclusiva, no respeito pela diferença, desenvolvendo nos alunos a necessidade de aprender ao longo da vida, a fim de que os seus projetos de vida sejam alicerçados em valores que visem uma sociedade cada vez mais justa e mais solidária.
- Promover o desenvolvimento integral dos alunos, contribuindo para a construção da sua identidade pessoal e do seu projeto vocacional e profissional.
- Valorizar a sexualidade e a afetividade entre as pessoas no desenvolvimento individual.

3.3.2. Âmbito Institucional

- Reduzir o absentismo e prevenir o abandono escolar precoce, sensibilizando e envolvendo os docentes, os Pais/Encarregados de Educação e as instituições/associações locais no processo educativo.
- Adotar modelos de organização que envolvam e responsabilizem a comunidade escolar.
- Promover a realização de ações de formação para professores e funcionários que permitam melhorar a qualidade da sua intervenção no espaço escolar e o seu maior empenho no processo de ensino-aprendizagem.
- Incrementar projetos que ultrapassem os muros da escola, procurando ser um polo dinamizador de cultura para a comunidade.
- Estreitar a relação escola/família.
- Envolver a Associação de Pais e Encarregados de Educação, Associação de Estudantes, Junta de Freguesia, Câmara e outras entidades no tratamento de problemas que afetam a escola e os seus alunos.
- Promover a articulação com a comunidade envolvente e com o mundo do trabalho.

3.3.3. Âmbito Relacional

- Humanizar a escola, criando e dinamizando espaços que favoreçam as relações interpessoais nos domínios cultural, desportivo e ambiental.
- Promover condições de segurança e bem-estar em todo o espaço escolar.
- Proporcionar situações de convívio entre os vários elementos da comunidade educativa.

- Fomentar a participação dos alunos em ações cívicas da Escola, no âmbito da conservação e limpeza dos diversos espaços que a compõem.
- Publicitar regras de conduta no interior da escola.

3.3.4. Âmbito Cultural

- Sensibilizar os alunos para a preservação do património cultural, ambiental e natural local.
- Abrir a escola à comunidade.
- Contribuir, através da sensibilização de Pais e Encarregados de Educação para o aumento do índice de frequência do ensino secundário.
- Divulgar através da página na Internet (www.aescolasalpendorada.com), do Jornal Escolar do Agrupamento – “Ventanias” (com versão em papel e versão digital em <http://issuu.com/ventanias> e <https://www.facebook.com/ventanias>, do Moodle (<http://aescolasalpendorada.com/moodle/>) e das redes sociais do Facebook (<https://www.facebook.com/aescolasalpendorada>), Twitter (<https://twitter.com/AEAlpendorada>) e Google+ (<https://plus.google.com/u/0/105035322018734582258/>), as atividades desenvolvidas pelo Agrupamento.

3.3.5. Âmbito Administrativo e Financeiro

- Adquirir equipamentos e materiais, utilizando os recursos financeiros de forma coerente e planeada.
- Zelar para a manutenção do espaço físico das escolas do Agrupamento limpo, seguro e esteticamente atraente.
- Adquirir materiais didáticos, priorizando as necessidades das disciplinas, face aos inventários elaborados no final de cada ano.
- Investir, continuamente, na melhoria e diversidade do espólio das bibliotecas.

3.4. Metas

3.4.1. Corpo Discente

- Promover o gosto pelas aprendizagens e pela procura autónoma dos saberes.
- Formar alunos participativos, conscientes dos seus direitos e deveres, e intervenientes na vida da escola.
- Consciencializar para o cumprimento das regras e para o respeito pelas normas, quer no espaço aula, quer fora dele.
- Promover a educação para a cidadania no respeito pela diferença.

3.4.2. Pessoal Docente

- Estimular a consciência do papel decisivo no desenvolvimento de uma cultura de rigor e exigência, com vista à qualidade da escola na formação/educação dos alunos.

3.4.3. Pessoal Não Docente

- Consciencializar do papel decisivo que assumem no desenvolvimento de uma cultura de rigor e de exigência, com vista à qualidade do funcionamento do Agrupamento.

3.4.4. Pais e Encarregados de Educação

- Promover uma cultura de participação na vida da escola, quer como responsáveis na educação dos seus educandos, quer como participantes na sua estrutura representativa.

3.5. Medidas de Ação

Os Princípios/Valores orientadores que surgem neste Projeto, e também os objetivos nele preconizados, convergem para a construção de uma Escola cada vez mais habilitada para responder aos desafios que diariamente se lhe colocam, valorizando a ideia de uma escola cada vez melhor.

Traduzindo os objetivos anteriormente definidos nessa vontade de melhoria terão as medidas a implementar que lhe dar corpo, deixando a sua consecução apenas dependente do seu maior ou menor grau de sucesso. As medidas que se implementarão são muito concretas e têm em conta a necessidade de melhorar os processos e os resultados escolares. Assim, propõe-se a concretização das seguintes medidas:

- Definir indicadores de referência para os sucessos pretendidos nas várias disciplinas (em geral) e naquelas que têm piores resultados (em particular).
- Promover formas de articulação curricular entre os diversos ciclos e níveis de ensino que se revelem profícuas na deteção atempada de dificuldades e na promoção de soluções adequadas às situações.
- Diversificar a oferta formativa do Agrupamento, no âmbito dos diversos níveis e ciclos de ensino e cursos profissionais.
- Aumentar a eficácia interventiva do processo de autoavaliação, tornando-o um mecanismo de autorregulação do Agrupamento.
- Proporcionar a todos os alunos, que o solicitem, atendimento personalizado no âmbito da orientação escolar e profissional.
- Incentivar a permuta, troca e/ou reposição de aulas ou outras atividades a que os docentes se vejam impedidos de comparecer no horário previsto, desde que

acautelados os legítimos interesses em jogo e verificadas as necessárias condições de exequibilidade.

- Instituir a justificação dos resultados escolares, falta de assiduidade e indisciplina pelos pais/Encarregados de Educação e alunos ao Diretor de Turma.
- Monitorizar a integração no mundo do trabalho dos alunos dos cursos vocacionados para a inserção na vida ativa.
- Qualificar os recursos humanos através da oferta de oportunidades de formação ou da criação de condições para a frequência da formação oferecida por outras entidades, sobretudo nos domínios específicos da docência e/ou das áreas específicas de intervenção do pessoal não docente.

3.6. Avaliação das aprendizagens dos alunos

3.6.1. Procedimentos comuns à avaliação dos alunos

3.6.2. Avaliação das aprendizagens no Pré-Escolar / Critérios de Avaliação

- **Aptidão não adquirida** – Verifica-se quando a criança não domina nenhum dos aspetos ou dimensões que integram a competência.
- **Aptidão minimamente adquirida (em aquisição)** – Verifica-se quando a criança domina apenas alguns dos aspetos ou dimensões que integram a competência.
- **Aptidão adquirida** – Verifica-se quando a criança domina a globalidade ou quase todos os aspetos ou dimensões que integram a competência.

Técnicas e instrumentos de avaliação

No contexto do que é acabado de referir, a **observação** enquanto técnica desempenha um papel fundamental para obter informações relativas ao desenvolvimento das crianças.

Sempre que o educador deseja verificar **sistematicamente** características, comportamentos, conhecimentos ou atitudes no desenvolvimento das crianças e registar as suas apreciações, um dos instrumentos a utilizar são as escalas (escala de verificação ou observação) que poderão também ser utilizadas para registar os resultados das aprendizagens realizadas pelas crianças. Importa clarificar que a avaliação comporta vários momentos – planificação (o que vou avaliar), recolha e interpretação de informação e que a adaptação das práticas e processos bem como os instrumentos a utilizar deverão ser objeto de reformulação sempre que necessário. Assim, será necessário adotar os que mais se enquadrem ao contexto em que a avaliação se desenvolveu.

Para comunicar aos pais e encarregados de educação bem como aos educadores/professores o que as crianças sabem e são capazes de fazer, é da competência do

educador organizar registos escritos contendo uma informação global das aprendizagens mais significativas de cada criança, realçando o seu percurso, evolução e progresso.

Seguem-se os modelos de instrumentos a utilizar para recolha e registo periódico e final dos aspetos a considerar para efeitos de avaliação.

O registo periódico da informação recolhida far-se-á nas grelhas de observação elaboradas segundo as idades das crianças, as quais se apresentam de seguida. No final do ano letivo far-se-á uma síntese descritiva global, a partir da informação recolhida durante os três períodos, a qual se registará no modelo que se apresenta e dela se dará conhecimento aos encarregados de educação, bem como aos professores do 1º ciclo para onde a criança transitar.

3.6.3. Avaliação das aprendizagens no Ensino Básico e Secundário

De acordo com o preceituado nos normativos em vigor, distinguem-se três modalidades distintas de avaliação, que devem harmonizar-se de modo a contribuírem para a promoção do sucesso educativo dos alunos e para melhorar a qualidade do sistema educativo: avaliação diagnóstica, avaliação formativa e avaliação sumativa. Com esta avaliação, realizada a um nível interno, conjuga-se a avaliação externa, que se traduz na realização de provas de aferição, provas finais e exames nacionais.

Avaliação diagnóstica

Corresponde ao momento de avaliação inicial (início do ano, de uma unidade didática ou de um trimestre). Fornece indicativos sobre a posição do aluno face a novas aprendizagens. Enquadra-se também em momentos de avaliação pontual (levantamento de conhecimentos dos alunos considerados como pré-requisitos para iniciar um novo programa ou uma nova unidade temática). Utiliza procedimentos informais (provas de conhecimento, tabelas de observação e autoavaliação).

- Realiza-se a todas as disciplinas, no início do ano letivo.
- Objetivo: Definição do perfil de cada turma e das aprendizagens adquiridas por cada aluno.
- Tipo de prova: Prova escrita, cuja duração depende da especificidade de cada ciclo e disciplina.
- Competências a avaliar: De acordo com as competências básicas do ano/ciclo anterior.
- Elaboração das provas: Professores de uma mesma disciplina /ano sob coordenação do respetivo subcoordenador.
- Correção das provas: professores que irão lecionar a disciplina nesse ano.

- Realização pelos alunos: 1.^a semana de aulas. Correção e comunicação dos resultados: até final de Setembro pelo professor da cada disciplina.
- Resultados servem de apoio à elaboração dos PTT (ensino básico e secundário), serão analisados pelo CP e confrontados com resultados no final de cada período e do ano letivo.

Avaliação formativa

É considerada uma parte integrante do processo de ensino-aprendizagem, assumindo um papel muito importante devido à função formativa que desempenha. Consiste no acompanhamento permanente da natureza e qualidade das aprendizagens de cada aluno - daí o dizer-se que deve ser contínua e sistemática. Serve para orientar a intervenção do professor - permite o ajustamento de processos e estratégias. Tem uma função diagnóstica - fornece informações que permitem tomar decisões adequadas às capacidades e ao progresso dos alunos. Destina-se a informar o aluno, o encarregado de educação, os professores e outros intervenientes sobre a qualidade do processo educativo e sobre o desenvolvimento das aprendizagens. Determina a adoção de medidas de diferenciação pedagógica adequadas às características dos alunos e às aprendizagens a desenvolver.

Avaliação sumativa

Faz uma síntese das aprendizagens realizadas pelo aluno. É um balanço final do trabalho desenvolvido pelo aluno e possibilita a sua comunicação ao exterior. A avaliação sumativa retém a qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, sintetizando num juízo globalizante o grau de desenvolvimento dos conhecimentos, competências, capacidades e atitudes do aluno no final de um período de ensino e aprendizagem. Tem como objetivos a classificação e a certificação.

No ensino básico, no 1.^o, 2.^o, 3.^o, 4.^o, 5.^o, 6.^o, 7.^o e 8.^o ano, a avaliação sumativa realiza-se normalmente no final de cada período (avaliação sumativa interna), formalizando a avaliação contínua; no final do terceiro ciclo, a avaliação final é resultado da avaliação sumativa interna e dos resultados obtidos nas Provas Finais de Português e de Matemática.

No ensino secundário, a avaliação sumativa realiza-se no final de cada período letivo e inclui duas modalidades: a avaliação sumativa interna - da responsabilidade dos professores e dos órgãos de gestão pedagógica da escola – e a avaliação sumativa externa – da responsabilidade do Ministério da Educação, concretizada pela realização de exames finais nacionais.

Menções dos testes e trabalhos: qualitativas e quantitativas

1.º Ciclo

Quadro 8 | Menções qualitativas e quantitativas dos testes e trabalhos no 1.º Ciclo.

Menção qualitativa	Fraco	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito Bom
Escala percentual	0% a 19%	20% a 49%	50% a 69%	70% a 89%	90% a 100%

Nota: No 1.º ciclo apenas se utiliza a menção qualitativa; No 4º ano – Língua Portuguesa e Matemática – **avaliação expressa de 1 a 5.**

2.º e 3.º Ciclos

Quadro 9 | Menções qualitativas e quantitativas dos testes e trabalhos no 2.º e 3.º Ciclos

Menção qualitativa	Fraco	Não Satisfaz	Satisfaz	Satisfaz Bastante	Excelente
Escala percentual	0% a 19%	20% a 49%	50% a 69%	70% a 89%	90% a 100%

Os trabalhos escritos de avaliação serão notados qualitativamente.

10.º, 11.º e 12.º - Ensino Secundário

Quadro 10 | Menções qualitativas e quantitativas dos testes e trabalhos no Secundário

Menção qualitativa	Mau	Medíocre	Suficiente	Bom	Muito Bom
Escala valores	0 a 5,4	5,5 a 9,4	9,5 a 13,4	13,5 a 17,4	17,5 a 20

Nos trabalhos escritos de avaliação serão notados qualitativa e quantitativamente.

3.6.4. Critérios de Progressão/Retenção – vide Anexo 1

3.6.5. Apoio sociopedagógico ao aluno

Serviços de Ação Social e Escolar (SASE)

A Ação Social e Escolar compreende um conjunto de ações que têm por fim assegurar as condições que permitam o acesso à escola e a sua frequência, possibilitando o efetivo cumprimento da escolaridade obrigatória por parte de todos os alunos. A participação nos encargos diretos e indiretos da frequência escolar, destinada aos alunos provenientes de agregados familiares desfavorecidos, abrange a escolaridade obrigatória e o ensino secundário.

Para o 2.º e 3.º ciclo e secundário, o apoio traduz-se no fornecimento de livros, material escolar, passes para os transportes e refeições nos montantes destinados a cada escalão de subsídio. No 1.º ciclo, a Câmara Municipal ajuda nas refeições dos alunos de acordo com o respetivo escalão.

Neste agrupamento, beneficiam de apoio social os seguintes alunos distribuídos pelos escalões A, B e C:

Quadro 13 | Apoio social atribuído por ciclos de ensino

	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Secundário Regular	TOTAL
Escalão A	142	91	142	84	459
Escalão B	181	106	153	190	630
Escalão C	-	3	13	12	28
TOTAL	321	199	311	193	1024

Estes dados evidenciam carência a nível económico e, por conseguinte, a nível social. A comunidade em que se insere este Agrupamento debate-se com problemas de desemprego, emprego precário, emigração, dependência de apoios institucionais, etc.

Para os alunos com necessidades educativas especiais existe apoio a nível de serviços de transporte especial e material específico de acordo com as necessidades de cada aluno portador de deficiência.

No ensino secundário, os alunos carenciados que se matriculam no 10.º ano e que possuem, no final do 3.º ciclo, uma média igual ou superior a quatro e os alunos do ensino secundário com uma média igual ou superior a 14 valores podem usufruir de bolsas de estudo (bolsas de mérito), como uma forma de incentivo que premeia os bons alunos.

Gabinete de informação e apoio ao aluno

No âmbito da educação para a saúde e educação sexual e segundo a lei n.º 60/2009 de 6 de agosto que estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar, o agrupamento disponibiliza aos alunos um gabinete de informação e apoio ao aluno (GAA).

Este gabinete é coordenado por um professor de Biologia, conta com a participação de uma enfermeira do Centro de Saúde do Marco de Canaveses e a Psicóloga do agrupamento. O principal objetivo deste gabinete é proporcionar, a todos os alunos, um espaço confidencial para o esclarecimento de dúvidas por profissionais nas áreas da educação para a saúde e educação sexual e, em parceria com as unidades de saúde, proporcionar-lhes a reflexão acerca do planeamento familiar e da sexualidade humana, promovendo a literacia sexual.

Orientação escolar e vocacional (SPO)

A orientação escolar dos alunos deverá ser um trabalho coletivo em que os SPO, os Diretores de Turma e professores deverão colaborar. A coordenação da orientação escolar e vocacional é da responsabilidade dos SPO.

Português Língua Não Materna

Destina-se a alunos estrangeiros/alunos de Português Língua Não Materna. As principais atividades desenvolvidas são:

- Identificar os alunos estrangeiros/alunos de Português Língua Não Materna que frequentam a escola.
- Indicar os alunos do ensino básico e secundário com Português Língua Não Materna que necessitem de apoio específico.
- Planear as atividades de apoio.
- Seguir as normas e orientações nacionais para a implementação, acompanhamento e avaliação das atividades.
- Aplicar testes diagnósticos para determinação do nível de proficiência linguística oral e escrita, de acordo com o Quadro Europeu de Referência para Línguas (QECR).
- Apoiar os alunos numa eventual certificação de língua portuguesa como língua estrangeira (exames externos concebidos pelo Centro de Avaliação Português Língua Não Materna).

Apoio Pedagógico Acrescido (APA), Apoio Individual (A. Ind.) e Sala de Estudo

Os tempos para apoio educativo são um recurso essencial que visa apoiar os alunos com mais dificuldades no processo de aprendizagem, assim como apoiar todos os que numa ou noutra matéria possam requerer mais tempo de trabalho ou de aprendizagem.

As aulas de Apoio Pedagógico Acrescido e as aulas de Apoio Individualizado, são propostas pelo professor titular da disciplina. É obrigatório a autorização dos respetivos Encarregados de Educação. As situações de apoio educativo podem, e devem, revestir um carácter transitório no sentido em que há um diagnóstico de dificuldades, um plano de trabalho e a colmatação dessas necessidades, com a recuperação do aluno.

As aulas de Sala de Estudo são estipuladas pelo professor titular da disciplina, tendo em vista o acompanhamento/estudo dos alunos, sendo de carácter facultativo, no entanto, prioritárias para alunos com dificuldades.

4. Organização e Gestão Escolar

4.1. Atividades de desenvolvimento curricular

A escola deverá ser promotora de atividades educativas diversificadas (ex.: projetos e clubes) que potenciem o desenvolvimento educativo, o enriquecimento curricular e o reforço das aprendizagens dos alunos, através da ocupação plena dos tempos escolares (OPTE) (Despacho n.º 19117/2008, de 17 de julho).

4.1.1. Clubes e Projetos

Um aspeto importante dos Clubes e Projetos Escolares é o facto de estes favorecerem atividades para todos os perfis de alunos sem exigir qualificações específicas ou maiores vivências nas atividades oferecidas pela escola. São, sem dúvida, espaços de lazer, integração e crescimento pessoal e social dos seus intervenientes.

Para além das atividades inseridas nas diversas áreas curriculares, o Agrupamento proporcionará aos alunos, a oportunidade de se inscreverem em diversas atividades de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica e cultural.

Estas atividades concretizam-se essencialmente através dos diversos clubes e projetos escolares em funcionamento, tais como:

- o Clube da Rádio;
- o Clube da Proteção Civil;
- o Projeto Promoção Educação para a Saúde;
- Jornal “Ventanias”
- o Clube da Música;
- o Clube Europeu;
- Projeto Ciência na escola;
- Parlamento dos Jovens;
- Programa Eco-Escolas;
- Dia do diploma.

Ainda no âmbito das atividades de enriquecimento curricular, o Agrupamento dispõe de:

- Desporto Escolar;
- Três Bibliotecas Escolares/Centro de Recursos Educativos que estão inseridos na Rede de Bibliotecas Escolares (Escola Secundária, Escola EB 2/3 e Centro Escolar de Vila Boa do Bispo).

Todos os clubes, projetos e atividades de enriquecimento curricular mencionados anteriormente possuem documentação relativa aos mesmos em documentos arquivados em dossiê próprio para futuras alterações ou consultas.

5. Orientação Estratégica

Tendo em conta as metas estabelecidas, neste projeto preconizam-se estratégias que viabilizam e conduzem à materialização efetiva das mesmas.

5.1. Estratégias de ordem pedagógico – didática

- Continuação da atualização pedagógico-científica do corpo docente.

- Investimento em práticas pedagógicas cada vez mais inovadoras.
- Reforço da utilização das novas tecnologias/multimédia.
- Desenvolver o gosto pela leitura e promover o domínio da Língua Portuguesa escrita e falada.
- Aplicação da interdisciplinaridade.

Globalmente devem valorizar-se os processos de aprendizagem e não apenas os seus produtos, aplicar métodos de ensino - aprendizagem ativos centrados no próprio aluno e articular os conteúdos com os processos de desenvolvimento individual. Daqui decorre um modelo didático que deve basear-se no desenvolvimento de competências e na orientação ajustada do aluno.

No que respeita ao reforço da interdisciplinaridade, torna-se necessária uma articulação transversal entre os conteúdos programáticos das diferentes disciplinas que permita: a identificação do núcleo fundamental de saberes que estruturam o ensino; a necessidade de reunir intra e interdepartamentos, cruzando planificações de forma a encontrar pontos comuns.

5.2. Estratégias de ordem organizacional

- Reforço do acompanhamento dos alunos com dificuldades várias.
- Adoção de modelos de organização que envolvam e responsabilizem a comunidade escolar.
- Promoção da orientação vocacional e profissional.
- Diversificação da oferta escolar, nomeadamente apostando na candidatura a cursos profissionais.

5.3. Estratégias de ordem relacional

- Incentivo ao espírito de entreajuda entre os pares.
- Reforço da articulação da escola-família-comunidade.
- Promoção de uma maior abertura ao meio e de relacionamento com a comunidade educativa.
- Diversificar projetos e atividades significativos e consequentes para a formação integral do aluno.

6. Intervenção dos vários setores

6.1. Conselho Geral

- Criação de mecanismos de participação recíproca que incentivem um relacionamento mais próximo quer a nível interno quer a nível externo.

- Aprovação de propostas de contrato de autonomia.
- Reforço do acompanhamento e avaliação da execução do Projeto Educativo; Plano de Estudo e de Desenvolvimento do Currículo e do Plano Anual de Atividades.
- Acompanhamento da ação dos demais órgãos de administração e gestão.
- Definição das linhas orientadoras para a elaboração do Orçamento.

6.2. Direção

- Elaboração do Plano Anual de Atividades.
- Estabelecimento de protocolos e celebração de acordos de cooperação com outras escolas e instituições de formação, autarquias e coletividades.
- Gestão eficaz dos recursos humanos e financeiros.
- Promoção da participação democrática na vida da escola.
- Apetrechamento das instalações.

6.3. Conselho Pedagógico

- Definição de metas para a melhoria dos resultados académicos.
- Definição dos critérios de avaliação, após a auscultação dos Departamentos.
- Elaboração de um plano de formação e atualização do pessoal docente e não docente.
- Incentivo e aprovação de iniciativas de índole formativa e cultural.
- Acompanhamento e avaliação da execução das suas deliberações e recomendações.
- Definição de diferentes formas de apoio educativo para os alunos com dificuldades de aprendizagem.

6.4. Departamentos Curriculares

- Análise e adoção de medidas de gestão flexível dos currículos.
- Incentivo à discussão pedagógica e à troca de experiências nos diferentes Departamentos.
- Diversificação de metodologias para aplicação dos planos de estudo estabelecidos a nível nacional, de modo a adequá-los à realidade da escola.
- Realização de trabalho entre pares, elaborando propostas curriculares diversificadas em função da especificidade do grupo de alunos e integrá-las no Plano de Estudos e de Desenvolvimento do Currículo.

6.5. Direção/Conselho de Turma

- Articulação entre os docentes da turma e com os alunos, Pais e Encarregados de Educação.

- Realização de inquéritos para conhecer os interesses, atitudes, valores e hábitos de trabalho dos alunos.
- Adoção de medidas tendentes à melhoria das condições de aprendizagem e à promoção de um bom ambiente educativo.
- Prevenção do abandono escolar precoce.
- Divulgação das saídas profissionais e do acesso ao ensino superior.

6.6. Serviços Especializados de Apoio Educativo

Estes Serviços destinam-se a promover a existência de condições que assegurem a plena integração escolar dos alunos. Dele fazem parte o Serviço de Psicologia e Orientação e o Núcleo de Educação Especial. Constituem-se como prioridades de intervenção destes Serviços:

- Assegurar às crianças e jovens com necessidades educativas especiais as respostas educativas mais adequadas às suas características, potencialidades e restrições.
- O apoio aos alunos com dificuldades no processo de aprendizagem e/ou de integração escolar e social, decorrentes de fatores diversos (pessoais e interpessoais).
- A ajuda aos alunos no processo de construção da identidade pessoal e na definição de um projeto de vida, proporcionando orientação vocacional e profissional.

6.7. Associação de Pais

- Organização e colaboração em iniciativas que promovam a melhoria da qualidade e da humanização das escolas.
- Sensibilização dos Pais e Encarregados de Educação em ações de carácter formativo.
- Desenvolvimento de projetos que envolvam os meios económicos, sociais e culturais da comunidade.

6.8. Associação de Estudantes

- Envolvimento dos alunos no bom funcionamento das atividades escolares.
- Responsabilização dos alunos na preservação dos espaços e equipamentos.
- Concretização de projetos de ocupação de tempos livres, de reforço da convivência do espírito de grupo.

7. Processo de autoavaliação do Agrupamento

Está constituída uma Equipa de Autoavaliação do Agrupamento de Escolas que está a desenvolver o seu trabalho tendo como ponto de partida o quadro de referência para a avaliação de Escolas e Agrupamentos, disponibilizado pela IGE (Inspeção Geral da Educação).

Esta equipa produz relatórios de análise dos resultados escolares no final de cada período que, em final de ano letivo, integram os resultados obtidos na avaliação externa.

Para avaliar outros domínios tais como liderança e gestão, a equipa aplica questionários de satisfação aos alunos, Encarregados de Educação, docentes e pessoa não docente.

8. Prioridades Educativas

- A diminuição das taxas de insucesso e de abandono escolar;
- O estreitamento da colaboração entre a escola e a família, fomentando contactos assíduos e promovendo oportunidades de participação no contexto escolar;
- O desenvolvimento de mecanismos que permitam a identificação e a prestação do apoio adequado aos alunos com necessidades educativas especiais ou que exijam modalidades de apoio nos domínios psicológico, pedagógico e social;
- O fomento de uma maior articulação entre a escola e a comunidade, nomeadamente através do estabelecimento de protocolos e relações de cooperação entre a escola e instituições/empresas concelhias;
- A competência e o rigor pedagógico, didático e científico;
- A implementação de ações de formação para os intervenientes educativos de acordo com as necessidades de funcionamento do Agrupamento de escolas.

Capítulo III

Disposições Finais

9. Divulgação

O Projeto deverá ter uma divulgação o mais ampla possível.

Deverá ser divulgado junto dos diversos intervenientes da comunidade escolar:

- Dos professores, através do Conselho Pedagógico e dos respetivos Coordenadores de Departamento e do Conselho Geral.
- Do pessoal Não Docente, pela Direção e respetivos representantes do Conselho Pedagógico e Conselho Geral.
- Dos Alunos, pelos Diretores de Turma e Professores, assim como pelos respetivos representantes do Conselho Geral.
- Dos Encarregados de Educação, pelos Diretores de Turma e pelos respetivos representantes do Conselho Pedagógico e Conselho Geral.
- Da autarquia, junta de freguesia, empresas e associações, quer através do Conselho Geral, quer através da Direção.

O PE deverá também ser divulgado e disponibilizado a toda a comunidade escolar nas páginas Web da Escola Secundária e da Escola EB 2/3, bem como na BE/CRE.

Deverão ser enviados exemplares à: Autarquia (vereador da educação) e Junta de Freguesia (sob a pessoa do seu Presidente).

10. Avaliação do PE

O Projeto Educativo será avaliado anualmente, por uma equipa a constituir em conformidade com o estabelecido em Regulamento Interno.

10.1. Avaliação Anual

A avaliação determinará indicadores de continuidade ou de mudança. A análise realizada deverá possibilitar averiguar da distância entre o previsto e o concretizado.

Sendo um documento estruturante da ação do agrupamento, o Projeto Educativo é, no entanto, de igual forma, um projeto dinâmico, sujeito a revisões anuais durante a sua vigência, que poderão ditar correções de prioridades ou de percursos. Para essas revisões anuais contribuirão os dados da avaliação anual de execução do projeto.

11. Referências Bibliográficas

BARROSO, J. (1995) *Para o desenvolvimento de uma Cultura participada na Escola*

COSTA, Jorge (1991). *Gestão escolar, participação, autonomia, projeto educativo de escola.*
Lisboa: Texto Editora

COSTA, Jorge A. (1997), *O Projecto Educativo de Escola e as Políticas Educativas Locais.*
Discursos e Práticas. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Ministério da Educação (1986). *Lei de Bases do sistema Educativo – Lei nº 46/1986 – Lei nº 115/1997 de 19 de Setembro.*

Ministério da Educação (1992). *Avaliação dos Alunos no Ensino Básico. Outras Práticas para o Sucesso Educativo, 1ª Edição.*

Ministério da Educação (2008). *Regime de Autonomia, Administração e de Gestão dos Estabelecimentos Públicos da Educação Pré – escolar e dos Ensino Básico e Secundário – Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de Abril.*

Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar, Departamento da Educação Básica/Núcleo de Educação Pré-escolar – Ministério da Educação

PACHECO, José A. (2001). *Currículo, Teoria e praxis.* Porto: Porto Editora

TEODORO, António (1994), *A Carreira Docente, Formação, Avaliação, Progressão,* Texto Editora, Coimbra.

Outros Documentos

Legislação em vigor

Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Alpendorada (anterior, 2011-2015)

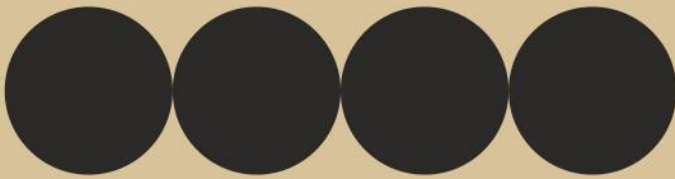
Relatório da Avaliação Externa do Agrupamento (2015)

Plano de Melhoria do Agrupamento

Plano de Ação Estratégica do Agrupamento

Aprovado em reunião do Conselho Pedagógico 14/10/2015.

Aprovado em reunião do Conselho Geral 23/10/2015.



agrupamento
de escolas de
alpendorada

Praceta da Devesa
4575-029 Alpendorada e Matos
alpendoradaeb@gmail.com
255 618 000
www.aescolasalpendorada.com

ANEXOS